



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS

JAIRO DE SOUZA BRAZIL

**O MITO DA NEUTRALIDADE LINGUÍSTICA: uma análise
sistêmico-funcional do feminicídio noticiado pela imprensa brasileira**

RECIFE
2025

Jairo de Souza Brazil

**O MITO DA NEUTRALIDADE LINGUÍSTICA: uma análise
sistêmico-funcional do feminicídio noticiado pela imprensa brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de Licenciatura em Letras/Português, da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção de título de graduado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira de Souza

**RECIFE
2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Brazil, Jairo de Souza.

O mito da neutralidade linguística: uma análise sistêmico-funcional do feminicídio noticiado pela imprensa brasileira / Jairo de Souza Brazil. - Recife, 2025.

65 p. : il.

Orientador(a): Maria Medianeira de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Letras Português - Licenciatura, 2025.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Linguística Sistêmico-Funcional. 2. Sistema de Transitividade. 3. Análise Crítica do Discurso. 4. Feminicídio. 5. Neutralidade. I. Souza, Maria Medianeira de. (Orientação). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

JAIRO DE SOUZA BRAZIL

**O MITO DA NEUTRALIDADE LINGUÍSTICA: uma análise
sistêmico-funcional do feminicídio noticiado pela imprensa brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras/Português, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de graduado.

Aprovado em: 20/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Dr.^a Maria Medianeira de Souza
Presidente

Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Aldeir Gomes da Silva
Examinador

Secretaria da Educação de Pernambuco

MSc Estela Carielli de Castro
Examinadora

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Recentemente, li agradecimentos em forma de metáfora. O calor e a emoção que me tomam conta neste momento eufórico clamam por um gesto assim. À autora do texto, peço permissão para me inspirar e fazer algo semelhante.

Se a entrega desta monografia fosse meu aniversário, certamente haveria um bolo — de maracujá, meu preferido. Esse bolo, é claro, eu faria questão de repartir. Suas fatias seriam distribuídas por entre todos aqueles que de alguma forma participaram desse percurso. A ordem das fatias, aqui, não tem valor. Todos contribuíram de alguma forma para que essa entrega fosse possível, cada um a seu modo.

As duas primeiras fatias iriam, sem dúvida, para minha mãe e para meu pai, Vânia e Jarbas. Vocês, que me nutriram de amor desde o berço, lutaram pela minha educação e me ensinaram o valor da caridade, da solidariedade, do perdão e do trabalho. Devo a vocês todas as minhas conquistas! Vivo a vida com leveza e diversão, também lhes devo isso.

As duas fatias seguintes, entregaria a meu irmão, Vitor, e minha irmã, Rebeka, os quais, em seguida, seriam vítimas de abraços super apertados. Vocês são meu porto seguro e minhas pessoas preferidas. Amo vocês!

Uma fatia bem generosa iria para meu companheiro, Marcus Vinícius, com muito recheio e, de preferência, com um brigadeiro em cima. Sou grato por ter te encontrado sem saber que precisava tanto de você. Obrigado por ter topado viver essa vida comigo, superando tantas peripécias ao meu lado. Te amo tanto que mal cabe no peito.

Fatias de bolo para meus sogros, dona Cleide e seu Marcos, pelos quais sinto um carinho intraduzível. Aprendi muito com vocês. Encontrá-los é sempre uma alegria imensa!

Fatias a todos os meus familiares, aqueles com os quais compartilho sobrenomes e muito afeto. Fatias generosas a meus tios e tias, primos e primas, sobrinhos e sobrinhas. A meu irmão, Jarbinhas, e minha irmã, Luciana.

A Medi, orientadora e professora mais humana que já conheci, uma fatia acompanhada de uma xícara de café quentinho. Obrigado pelos ensinamentos, pela paciência e pelo suporte.

Fatias a todos os professores que participaram da minha formação, me edificando enquanto profissional.

Grandes fatias aos meus melhores amigos, aqueles que fui reunindo ao longo da graduação. Gaby, Mike, Bruna, Monique, Rafa e Izael, não sei se estou preparado para viver meus dias úteis sem seus abraços, suas vozes e suas presenças. Fico assustado e angustiado

com a iminência do egresso. Fico também feliz e orgulhoso por nós. Estou ansioso para descobrir que professores incríveis nos tornaremos.

Sou grato também a amigos próximos, proximidade que não se reduz nem na distância. Alice Muccini, Gabriel Pereira, Wilayne Kesly, Gabriel Sampaio, Thales Luna, Lucas Campos e Arthur Fortunato, haverá sempre uma fatia de bolo e um lugar no meu coração para vocês.

O bolo é simbólico e fictício, mas a gratidão é pura e verdadeira. Deixo-a aqui, registrada, a todos.

Vivianes, Jenildes, Eloás, Sandras, Adrianas, Leonidas, Elianes, Lorenzas, Tatianas, Elizas, Larissas, Micheles, Jéssicas, Dianas, Raíssas, Myriwekedes, Patrias, Minervas, Mariás Teresas, Margaridas, Dorothys, Patrícias, Cláudias, Marielles, Emellys, Claudilenes, Joanas, Tatilas, Stefhanis, Rosilenes, Lúcias, Elisianes, Nádias, Anas Júlias, Eduardas, Alanas, Alines, Marias de Fátima, Lilianes, Ivones, Edilmas, Elisangelas, Hellens, Lias, Marias Madalenas, Palomas, Karolines, Lorainnes, Julianas, Samiras, Carolines, Miryams, Alcilenes, não as esqueceremos. Que possamos, um dia, não ter histórias de feminicídio a serem contadas pelos jornais.

(Maira Kubík Mano, 2021, p. 23).

RESUMO

Esta monografia assume como objetivo analisar a materialização linguística da ideologia constitutiva do sujeito-autor em textos noticiosos. Diante dos incontáveis episódios de feminicídio que se repetem diariamente, a imprensa brasileira se compromete em noticiá-los de modo objetivo, imparcial e fidedigno. Por meio do crivo editorial (Melo, 2004), um aparato de padronização da linguagem, garante-se a homogeneização da escrita no noticiário, que se pretende neutra e confiável — e é assim percebida pelos leitores. A natureza da linguagem, contudo, contradiz e deslegitima a pretensão de neutralidade jornalística: é nos eventos discursivos que a ideologia opera, constituindo, naturalizando e transformando os significados do mundo (Fairclough, 2001). As notícias são, assim, práticas sociais e políticas, orientadas por valores culturais e ideológicos. Frente à necessidade de se estimular criticidade e consciência linguística na produção e no consumo de textos, esta pesquisa buscou respaldo na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), cujo aporte teórico-metodológico proposto por Halliday e Matthiessen (2004) aliado às contribuições da abordagem faircloughiana de Análise Crítica do Discurso (ACD) permitiu avaliar o funcionamento ideológico da linguagem em textos pretensamente neutros. Por meio da dimensão léxico-gramatical do Sistema de Transitividade, identificando os papéis funcionais (Processos, Participantes e Circunstâncias) e seus efeitos de sentido em três notícias de feminicídio, testemunhamos tendências narrativo-descritivas na cobertura de casos de violência de gênero, como o uso indiscriminado da voz passiva com omissão de agência e enquadramentos que corresponsabilizam a vítima ou sobrepõem a autodefesa do agressor. Constatamos que os discursos jornalísticos não são neutros, apesar dos constantes esforços institucionais de padronização da linguagem. O *modus operandi* da imprensa opera silenciamentos e sentidos que naturalizam representações assimétricas de gênero, fortalecendo a hegemonia patriarcal e a violência sistemática contra a mulher.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional; Sistema de Transitividade; Análise Crítica do Discurso; Feminicídio; Neutralidade.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the linguistic materialization of the ideology constitutive of the subject-author in news texts. Faced with the countless cases of femicide that are repeated daily, the Brazilian press commits to reporting them in an objective, impartial, and accurate manner. Through the editorial filter (Melo, 2004), a language standardization apparatus, the journalistic institution ensures the homogenization of news writing, which is intended to be neutral and reliable — and is thus perceived by readers. The nature of language, however, contradicts and delegitimizes the claim of journalistic neutrality: it is in discursive events that ideology operates, constituting, naturalizing, and transforming the meanings of the world (Fairclough, 2001). News texts are therefore social and political practices, shaped by cultural and ideological values. In light of the need to foster critical awareness in the production and consumption of texts, this study is grounded in Systemic Functional Linguistics (SFL), whose theoretical-methodological framework proposed by Halliday and Matthiessen (2004), combined with insights from Fairclough's approach to Critical Discourse Analysis (CDA), enabled the evaluation of the ideological functioning of language in allegedly neutral texts. Through the lexico-grammatical dimension of the Transitivity System — identifying functional roles (Processes, Participants, and Circumstances) and their effects of meaning in three femicide news — we observed narrative-descriptive tendencies in gender violence coverage, such as the indiscriminate use of the passive voice with agent omission and framings that either hold the victim partially responsible or highlight the aggressor's self-defense. We conclude that journalistic discourse is not neutral, despite continuous institutional efforts to standardize language. The press's *modus operandi* produces silencing and meanings that naturalize asymmetrical gender representations, reinforcing patriarchal hegemony and systemic violence against women.

Keywords: Systemic Functional Linguistics; Transitivity System; Critical Discourse Analysis; Femicide; Neutrality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Concepção tridimensional do discurso	19
Figura 2 — Complexo sistêmico-funcional de Halliday	32
Quadro 1 — Relação entre contexto e metafunções da linguagem	32
Quadro 2 — As metafunções da linguagem	33
Figura 3 — A gramática da experiência: tipos de processo em inglês	35
Quadro 3 — Como figuram os Processos e os Participantes nos fragmentos analisados?	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 LINGUAGEM, DISCURSIVIDADE E JORNALISMO	17
2.1 Língua e discurso	17
2.2 Sobre ideologia, sujeito e sociedade	21
2.3 Crivo editorial: o efeito ideológico de neutralidade	27
3 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	31
3.1 Princípios gerais da Linguística Sistêmico-Funcional	31
3.2 Procedimentos metodológicos	37
4 A MORTE PELA CONDIÇÃO DE GÊNERO NO NOTICIÁRIO	40
4.1 Jéssica, Renata e Tamires	40
4.1.1 Jéssica Oliveira de Sales	40
4.1.2 Renata Tereza de Sousa Manoel	43
4.1.3 Tamires de Almeida Costa Lima	46
4.2 A violência que não se encerra no feminicídio	48
5 PALAVRAS FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	59
ANEXO	63

1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade altamente globalizada, conectada e dominada pela cultura imediatista, os intermináveis fatos sobre o mundo chegam aos sujeitos nela inseridos através dos múltiplos e cada vez mais modernos meios de comunicação. É o Jornalismo, enquanto eixo da atividade humana, a prática responsável pelo tráfego social e institucional da informação.

Essa mesma sociedade a que nos referimos também revela, diariamente, suas dimensões hediondas, comunicadas por um sem-número de notícias que expõem um outro sem-número de episódios de violência contra a mulher. Não é de se esperar, claro, que as dinâmicas de papéis de gênero socialmente construídas e historicamente violentas nos conduzam a uma realidade diferente:

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (Brasil, 2013, p. 1003).

A notícia, enquanto um dos tantos possíveis textos jornalísticos, realiza-se no suprimimento de uma demanda sociocomunicativa de divulgação e publicização de fatos do mundo. Diante das práticas jornalísticas,

O estereótipo do texto jornalístico é o texto noticioso. Nele se encontram características textuais buscadas pela imprensa: objetividade, neutralidade e clareza nas informações. Para atender a essas características, o texto é submetido ao crivo editorial, que padroniza a linguagem usada pelo jornalista (Melo, 2004, p. 32).

Na esperança de atender ao compromisso com uma representação fidedigna da realidade, a submissão do texto jornalístico ao chamado crivo editorial pressupõe a possibilidade de neutralização da língua. É aqui que reside a maior problemática em torno desta pretensão. Sabemos que “a língua e a utilização que dela fazemos não são naturais nem neutras” (Sousa, 2004, p. 19), ou seja, no instante da enunciação, ainda que se recorra a procedimentos que busquem conferir ao texto maior “objetividade, neutralidade e clareza”, como pré-determina a imprensa, o uso da língua é intrínseco à relação do sujeito com o mundo, relação que implica, na própria realização linguística do enunciado, resíduos ideológicos das representações da realidade pelo sujeito-autor.

Essa mesma informação que, através do Jornalismo, trafega até o leitor-ouvinte, atravessa um processo de seleção, curadoria, redação e edição que antecede sua chegada ao público-alvo. A pretensão jornalística de neutralidade que aqui questionamos revela sua inconsistência desde o princípio, quando a informação é submetida a um processo de escolha e curadoria, no recorte dado pela instituição: o que importa ser dito? Como importa ser dito?

Ante o exposto, oportunizamos uma discussão em torno das habituais práticas de leitura de notícias que são feitas no contexto imediatista do mundo atual. A leitura pouco crítica e pouco reflexiva sobre os recortes dos fatos que circulam tende à alienação coletiva diante de representações violentas de gênero que desembocam na morte de tantas mulheres. Portanto, cabe avaliar de que modo a ideologia ainda se faz presente em textos noticiosos que reportam casos de feminicídio.

Diante do que aqui se coloca, algumas questões conduzem a presente pesquisa. A principal delas parte de uma aparente situação paradoxal em torno do que se compreende por “neutralidade”: como é possível produzir um texto neutro se a língua é, por natureza, permeada por ideologia e por subjetividade? Considerando a imagem neutra que o texto noticioso sustenta e a impossibilidade de um uso neutro da língua, de que modo a ideologia permanece se manifestando em textos que reportam casos de feminicídio? Dessa mesma problemática, outras indagações se fazem possíveis (e necessárias): (i) que escolhas linguísticas e vocabulares predominam no fazer jornalístico em casos de narrar-descrever episódios de feminicídio?; (ii) Como se constitui o efeito ideológico de neutralidade que acompanha a informação através do jornalismo reportativo em casos de narrar-descrever episódios de feminicídio?

A priori, alinhamo-nos ao entendimento de que a língua também pode ser entendida enquanto uma rede de sistemas interligados da qual o falante faz uso para produzir significados em situações comunicativas (Santos, 2014, p. 165). Partindo desse pressuposto, aquele em lugar de produtor de textos escritos ou orais, no instante da enunciação, se depara com uma rede de possíveis alternativas, assim como o que Saussure (2021, p. 183) descreve em torno das relações associativas — ou paradigmáticas. As escolhas feitas pelo sujeito-autor diante dessas alternativas revelam aspectos de estética, subjetividade e alinhamento ideológico.

A padronização da linguagem resultante da submissão do texto ao crivo editorial é um dos fatores que alimenta no imaginário social a ideia de que a notícia entregue pelas mãos da instituição jornalística é sempre legítima, confiável e neutra (Melo, 2004, p. 32). Contudo, essa mesma dinâmica é responsável pela leitura “cega” e pouco crítica de textos

supostamente neutros, textos de instituições que não são comunicadoras da verdade, mas formadoras de opinião. A relativização do crime e dos fatos, a culpabilização da vítima, o perdão ou a compaixão ao agressor. São esses apenas alguns dos efeitos práticos da organização léxico-gramatical dos textos reportativos, de termos que são escolhidos em detrimento de outros e dos recortes selecionados para compor a(s) notícia(s).

Partindo desses pressupostos, o jornalista, na tarefa de noticiar casos de feminicídio, assim como quaisquer outros sujeitos-autores, tem acesso a uma gama de possibilidades linguísticas que são submetidas a um processo de escolha. As escolhas que dão origem ao texto noticioso, produto final do jornalismo reportativo, não somente revelam a ilegitimidade da isenção ideológica pretendida pelo autor, mas também a reprodução de discursos pré-existentes, contribuindo para a manutenção e circulação de sentidos diante do fenômeno do feminicídio e das percepções de gênero na sociedade.

Essa pesquisa tem como propósito maior analisar a materialização linguística da ideologia constitutiva do sujeito-autor em textos de caráter jornalístico noticioso que reportam casos de feminicídio por meio do sistema de transitividade, dimensão da gramática sistêmico-funcional em que se realizam os significados ideacionais — a construção subjetiva do mundo e da realidade. Para atingir tal objetivo, cabe-nos, através da transitividade oracional, (i) caracterizar o *modus operandi* jornalístico diante de casos de feminicídio através das escolhas linguísticas e vocabulares que predominam nas práticas de narração-descrição desses episódios; (ii) identificar como se constitui o efeito ideológico da neutralidade da informação jornalística em casos de narrar-descrever episódios de feminicídio; e (iii) investigar e analisar a pretensa isenção ideológica por produtores de texto comprometidos com um jornalismo reportativo em casos de narrar-descrever episódios de feminicídio.

O trabalho ora desenvolvido se justifica por uma necessidade emergente, considerando seu contexto maior de inserção. Os recentes avanços tecnológicos que acompanham a sociedade contemporânea intensificaram o acesso à informação, tornando-o fácil e instantâneo. Em uma sociedade altamente conectada, permeada pelo imediatismo, a informação fácil se tornou traço distintivo entre duas diferentes parcelas da população: aqueles que “sabem” e aqueles que “não sabem”, tornando-se esse “saber” uma condição fundamental para legitimar posicionamentos e opiniões frente aos fatos do mundo (Melo, 2004, p. 31). Quando não há lugar para aquele que “não sabe” ou que “não conhece”, a avaliação e a criticidade sobre o que se lê parecem enfraquecidas, alimentando uma leitura “cega”, movida pela “fome” de informação. Diante da demanda social de informação sobre

os intermináveis fatos sobre o mundo, sempre em constante renovação, a prática do jornalismo se propõe a sanar o desconhecimento em torno da realidade à qual o sujeito está inserido. Dentre os múltiplos tipos de jornalismo, é o jornalismo reportativo que se compromete com a abordagem noticiosa dos acontecimentos e das problemáticas que circundam o cotidiano público (Sousa, 2004, p. 31).

O texto noticioso — de caráter reportativo — é aquele produzido com tais intenções, submetido a uma série de procedimentos normativos que lhe conferem a imagem de texto neutro e imparcial. Diante da leitura de notícias de feminicídio, contudo, observamos como os textos, em todos os seus elementos constitutivos (manchete, lide e corpo do texto), parecem alimentar determinada perspectiva sobre os casos, seja pelo recorte informacional selecionado, seja pela preferência por determinadas estruturas e mecanismos que implicam efeitos discursivos continuados — culpabilizantes à vítima e humanizantes ao agressor.

Nessas condições, em que a criticidade parece cada vez mais escassa frente à sociedade da informação, defendemos, assim como Fairclough (2001, p. 120), “uma modalidade de educação linguística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas.” Portanto, propomos aqui estimular novas leituras do texto noticioso, calcadas na criticidade e na consciência de que não há neutralidade ante o uso da língua, sequer há texto neutro.

Fizemos, por ora, breves ponderações iniciais. Antes de nos aprofundarmos no que aqui antecipamos, situaremos nosso(s) possível(eis) leitor(es) quanto à estrutura desta pesquisa. Este trabalho, portanto, se organiza da seguinte forma.

Iniciado pela presente *1 Introdução*, sinalizamos as motivações, justificativas e objetivos que sustentam a presente pesquisa.

Subdividimos o capítulo seguinte, *2 Linguagem, discursividade e jornalismo*, em três seções, a saber: *2.1 Língua e discurso*, onde demarcamos nosso posicionamento teórico-metodológico diante dos estudos linguísticos, definindo, inclusive, a quais concepções de texto e discurso nos alinhamos; *2.2 Sobre ideologia, sujeito e sociedade*, onde recorremos à abordagem faircloughiana de Análise Crítica do Discurso para discutir questões ontológicas e socioteóricas que circundam o uso da língua para produzirmos sentidos e interagirmos socialmente; e, por fim, *2.3 Crivo editorial: o efeito ideológico de neutralidade*, seção destinada à discussão das práticas discursivas da imprensa à luz da Teoria do Jornalismo, buscando entender como se configura o efeito ideológico de neutralidade — este

que acompanha o texto jornalístico desde sua concepção.

Em 3 *Bases teórico-metodológicas*, como o próprio nome sugere, ampliamos a descrição da teoria e da metodologia que respectivamente sustentam e conduzem este trabalho. Na primeira seção, 3.1 *Princípios gerais da Linguística Sistemico-Funcional*, discutimos conceitos-chave da teoria hallidayana, delimitando, por exemplo, a mecânica do Sistema de Transitividade e seus constituintes. Já em 3.2 *Procedimentos metodológicos*, apontamos os processos de coleta e sistematização do *corpus* de pesquisa — justificando o recorte temporal definido — e delineamos a sistemática de análise.

O capítulo 4 *A morte pela condição de gênero* foi igualmente subdividido: em 4.1 *Jéssica, Renata e Tamires*, desenvolvemos a análise propriamente dita; em 4.2 *A violência que não se encerra no feminicídio*, discutimos implicações semânticas e pragmáticas do modo de narrar-descrever adotado pelas instituições jornalísticas no imaginário social, pela cristalização de sentidos, pelo fortalecimento de representações violentas de gênero e da hegemonia patriarcal.

Em 5 *Palavras finais*, retomamos o percurso da análise aqui empreendida, ratificando a importância de se repensar o *modus operandi* da imprensa brasileira na cobertura de casos de feminicídio, este que deve ser comunicado com ética, respeito e sensibilidade.

2 LINGUAGEM, DISCURSIVIDADE E JORNALISMO

Para os fins aqui determinados, julgamos em condição de primazia discutir o que se compreende por neutralidade, ideologia e hegemonia em termos linguísticos, assim como as complexas dinâmicas de interação do sujeito com o mundo e com a sociedade mediante a linguagem, apoiando-nos na Análise Crítica do Discurso. Recorremos, ainda, à perspectiva enunciativa de Bakhtin e Volóchinov, buscando compreender, na interface com a Linguística Sistêmico-Funcional, a expressividade e a subjetividade do autor ante o objetivo discursivo. Exploramos, também, aspectos do *modus operandi* jornalístico descritos pela Teoria do Jornalismo, na investigação e compreensão de tais práticas. É o que faremos a seguir.

2.1 Língua e discurso

Partindo de um viés funcionalista de estudos linguísticos, a língua “não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical” (Kenedy; Martelotta, 2003 *apud* Costa, 2022, p. 17). Isso implica reconhecer, necessariamente, o contexto, as estruturas e os objetivos sociais que circundam as práticas e os eventos de uso da língua. Para tanto, a língua passa a ser estudada de modo a considerar não somente as formas gramaticais, mas seus contextos de uso e suas possíveis motivações por parte do(s) falante(s).

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) surge, portanto, como uma abordagem funcionalista “centrada na noção de ‘função’; isso porque considera a gramática em termos de como ela é usada para produzir significados” (Santos, 2014, p. 165). Assim, é *sistêmico-funcional* porque a língua passa a ser vista como uma rede de *sistemas* interligados da qual o falante faz *uso* para produzir significados em situações comunicativas. Na LSF, entende-se

o sistema linguístico como um leque de possibilidades aberto aos falantes. É nesse sentido que a escolha feita pelo falante interessa de perto ao linguista sistêmico, visto que suas escolhas nos sistemas da língua não são aleatórias, mas sim carregadas de valores sociais (Santos, 2014, p. 166).

Em síntese, para Halliday (1978 *apud* Santos, 2014, p. 167), desenvolvedor da teoria, a gramática de uma língua é semelhante a “um conjunto altamente complexo de sistemas de opções que o falante faz uso ao estruturar suas enunciações e que o ouvinte usa para interpretar enunciações”.

A noção de sistema nos conduz, então, a pensar a língua nas instâncias de sua organização. Para Halliday e Matthiessen (2004), são dois os eixos em que se organiza: o sintagmático e o paradigmático. O sintagmático, segundo os autores, corresponde à cadeia de estruturação oracional, ao ordenamento linear dos termos linguísticos: “o que vai junto com o que”. É a ordenação sintagmática esta que chamam de estrutura. O paradigmático, por sua vez, é o eixo dos sistemas: “o que poderia ir com o que”. É no eixo paradigmático que se situam as relações de oposição ou escolha entre os signos da língua.

Na prática,

(...) o resultado dessas escolhas são estruturas construídas através de enunciações realizadas. Em outras palavras, os textos que produzimos consistem, essencialmente, nas escolhas e na organização de significados feitas nos dois eixos, o paradigmático e o sintagmático. Logo, percebe-se [...] o eixo sintagmático como o nível da realização, isto é, o nível em que se encontram as unidades realizadas (as escolhas feitas nos sistemas) (Santos, 2014, p. 167).

Na perspectiva de Halliday, a organização da linguagem extrapolaria o sistema linguístico, envolvendo de modo fundamental aspectos sociais e pragmáticos mais amplos (Santos, 2014, p. 168). Isto é, “todos os significados têm uma conexão direta com o contexto social – acima – e uma conexão direta com os elementos léxico-gramaticais – abaixo, visto que os textos carregam influências do contexto em que foram produzidos” (Santos, 2014, p. 169). Diante das possibilidades, parece produtivo conceber uma interface entre a teoria sistêmico-funcional hallidayana e teoria enunciativa bakhtiniana, na medida em que a linguagem é, para ambas, reconhecidamente condicionada por fatores socioideológicos. Tracemos, portanto, alguns de seus pontos de convergência.

Para Bakhtin (2003, p. 308), a distinção entre oração e enunciado é clara: a primeira, “enquanto unidade da língua, assim como a palavra, não tem autor; não é de ninguém, sendo somente quando funciona como enunciado completo que se torna expressão individualizada da instância locutora, numa situação concreta de comunicação verbal.” Isto é, sendo a oração a unidade da língua, é o enunciado a unidade da comunicação verbal. Segundo o filósofo russo,

O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Representa a instância ativa do locutor numa ou noutra esfera do objeto do sentido. Por isso, o enunciado se caracteriza acima de tudo pelo conteúdo preciso do objeto do sentido. A escolha dos recursos linguísticos e do gênero do discurso é determinada principalmente pelos problemas de execução que o objeto do sentido implica para o locutor (o autor) (Bakhtin, 2003, p. 308).

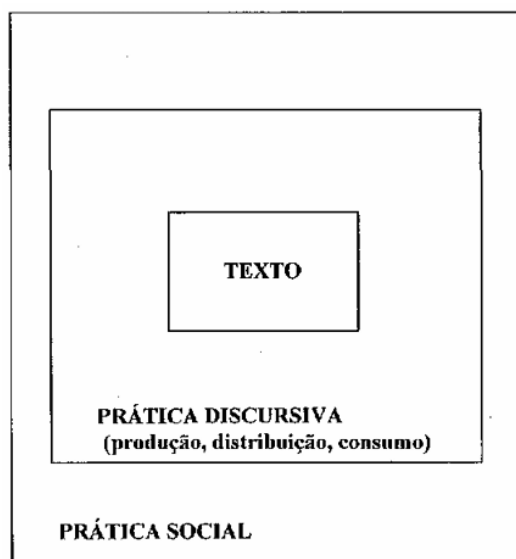
A ótica de Bakhtin pressupõe, antes de mais nada, a linguagem situada na esfera social, de modo que a unidade da comunicação verbal só se consagra no espaço de interlocução e na partilha com os outros. Isto é, todo enunciado é responsivo, orientado para o outro e só adquire significação plena no contexto interativo.

A afinidade entre ambas as teorias também se materializa na medida em que ambas percebem a estruturação linguística dos dizeres sujeita à pressão de múltiplos fatores, como valores e papéis sociais, gêneros discursivos e atravessamentos ideológicos. Ou seja, “(...) a relação valorativa com o objeto do discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (Bakhtin, 2003, p. 308).

Para evitar ruídos paradigmáticos, não mais faremos uso dos termos “enunciado” e “enunciação”, cedendo espaço aos estruturantes da abordagem sistêmico-funcional, esta que opera em torno de noções como *texto* e *discurso*. Façamos, adiante, um pouco mais sobre estas duas últimas.

Frente ao problema da inexistência de um método de análise linguística que fosse tanto teoricamente adequado como viável na prática, uma abordagem edificada em um ponto de equilíbrio entre aspectos linguístico-textuais e aspectos socioteóricos, Norman Fairclough (2001) formulou um modelo de Análise Crítica do Discurso (ACD) respaldado sobretudo na LSF, a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Norteados pela compreensão da linguagem como agente na produção, manutenção e transformação das práticas sociais, Fairclough desenvolve a visão tridimensional de discurso (Figura 1).

Figura 1 — Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough (2001, p. 101)

Nessa leitura, “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (Fairclough, 2001, p. 22). Vejamos, portanto, como o discurso se particulariza em cada uma das três instâncias.

Como texto, o discurso é um produto linguístico concreto, falado ou escrito, marcado e constituído por aspectos linguísticos e semióticos — vocabulário, gramática, estrutura textual, coesão, coerência, força e intertextualidade. Nesse nível, situa-se um dos principais (se não o principal) fundamentos da LSF incorporados por Fairclough: a multifuncionalidade simultânea dos usos da língua. Assim como na LSF, na ADTO, toda oração é uma combinação de significados ideacionais, interpessoais e textuais — simultaneamente representando a realidade e a experiência, relacionando-se uns com os outros e organizando o texto a depender das demandas contextuais (retomaremos essa ideia no tópico seguinte). De modo geral, entende-se que “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença” (Fairclough, 2001, p. 104).

Fairclough (2001, p. 169) diz que:

um interactante para alcançar uma meta cultural particular é provável iniciar um texto a partir de um gênero particular, e este texto é provável se desdobrar em uma forma particular – mas o potencial para as alternativas está inerente na relação dialógica entre linguagem e contexto. Logo, a relação entre um texto e suas condições de produção passa necessariamente pelo contexto em que é produzido e no qual será negociado. Isso significa dizer que há uma relação dialética, interna e dinâmica entre texto e contexto. As escolhas linguísticas constroem o contexto social em que o texto é negociado, ao mesmo tempo em que são determinadas por esse mesmo contexto. Portanto, um não opera sem o outro.

O excerto acima nos conduz à segunda instância, discurso *como prática discursiva*. Aqui, entende-se enquanto uma ação comunicativa — produção, distribuição ou consumo de textos — mediada por práticas social e culturalmente convencionadas. Logo, diz respeito às condições de produção do texto (quem fala, como fala, por que fala, de que posição fala), às condições de distribuição do texto (como/por onde ele circula e com que alcance) e às condições de consumo (como é interpretado, por quem e de qual posição social). Aqui, sobre os movimentos de produção e consumo de textos, a “relação entre a fala e seu contexto verbal e situacional não é transparente: a forma como o contexto afeta o que é dito ou escrito, e como isso é interpretado, varia de uma formação discursiva para outra” (Fairclough, 2001, p.

72). Isso implica romper com uma visão mecanicista e unidirecional da linguagem e do processamento textual, reconhecendo que os textos não carregam significados únicos, como partes decodificáveis, constantes e invariáveis; são, por outro lado, atribuídos pelos próprios sujeitos, em contextos históricos e ideológicos específicos: “a produção e o consumo são de natureza parcialmente sociocognitiva, já que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual que são baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas (daí o prefixo 'socio-')” (Fairclough, 2001, p. 99).

Na instância mais ampla, *como prática social*, o discurso é visto enquanto uma ação social, que naturaliza ou contraria sistemas hegemônicos. Nessa acepção, reafirma-se o dialogismo constituinte dessa relação, de modo análogo a uma via de mão dupla: o discurso é simultaneamente um efeito e um agente das estruturas sociais; as constitui na mesma medida em que é por elas moldado e restringido — a partir de normas e convenções; classes, relações, identidades e instituições sociais que lhe são subjacentes (Fairclough, 2001, p. 91). Aqui, o discurso é igualmente uma prática política e uma prática ideológica. Enquanto prática política, “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder”; enquanto prática ideológica, “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2001, p. 94) (aprofundaremos essas discussões na subseção seguinte).

2.2 Sobre ideologia, sujeito e sociedade

Assim como a leitura de textos, acreditamos que a leitura do mundo — nos limites aos quais é possível — é um recorte sociohistoricamente situado, que envolve valores políticos, ideológicos, por essência subjetivos, comuns a indivíduos pertencentes a um mesmo domínio social, distintos e casualmente conflitantes em relação a domínios outros. Isso implica dizer que a leitura da realidade como verdadeiramente é, apesar dos constantes esforços inclusive científicos, ainda pouco significa para além de um processo inexequível:

A realidade social não deve ser concebida pelo pensamento científico como uma entidade imutável, dotada de uma positividade ou literalidade última, nem como totalidade que é imediatamente observável e inteiramente acessível. (...) Dado que o mundo não corresponde ao ‘espectro de nossos sentidos, sendo idêntico àquilo que experimentamos’ (Sayer, 2000, p. 09), nossa capacidade de empiria não consegue esgotar o que existe ou o que poderia existir (Peixoto; Ferreira, 2018, p. 2877).

Diante de tais (im)possibilidades, Fairclough (2003, p. 23) dimensiona a vida social e suas engrenagens em uma ontologia realista, a partir da qual a realidade seria constituída por três níveis, tidos como *eventos*, *práticas* e *estruturas*:

Estruturas sociais são entidades bastante abstratas. Pode-se pensar em uma estrutura social (como uma estrutura econômica, uma classe social ou sistema de parentesco, ou um idioma) como uma definição de um potencial, um conjunto de possibilidades. Entretanto, a relação entre o que é estruturalmente possível e o que de fato acontece, entre estruturas e eventos, é muito complexa. Os eventos não são, de forma simples ou direta, os efeitos de estruturas sociais abstratas. Sua relação é mediada — há entidades organizacionais intermediárias entre as estruturas e os eventos. Vamos chamá-las de “práticas sociais”.¹

Do macro ao micro, as *estruturas sociais* seriam elementos abstratos condicionantes da vida social, padrões duradouros, “normas e convenções, como também relações, identidades e instituições” (Fairclough, 2001, p. 91); as *práticas sociais* seriam os elementos mediadores, formas habituais e reproduzíveis aos quais os sujeitos recorrem para agirem sobre o/no mundo, de forma discursiva ou não-discursiva; os *eventos sociais*, por fim, são acontecimentos concretos, particulares, “situados social e historicamente, que envolvem sujeitos atuando uns sobre os outros e sobre o mundo em contextos específicos” (Peixoto; Ferreira, 2018, p. 2877). Em termos práticos, pensemos no capitalismo (estrutura social), que condiciona o funcionamento do jornalismo (prática social) — este enquanto prática norteada pela produção e circulação de informações no domínio social, regida por normas, rotinas, convenções, papéis sociais etc. — que produz determinada notícia (evento social) sobre determinado fato empírico. Essa notícia, enquanto texto, em consonância com a leitura tridimensional do discurso faircloughiana, é simultaneamente um acontecimento discursivo (escrito por alguém, com determinadas intenções, para ser lido por outro alguém) e um acontecimento social (que reproduz ou contraria estruturais sociais).

Nesse sentido, pode-se dizer que a vida social é um sistema aberto e textualmente mediado (Peixoto; Ferreira, 2018, p. 2877). Isto é, a construção e a negociação da realidade têm caráter fundamentalmente discursivo e se dão pela linguagem. Dispõem-se, portanto, correspondentes semióticos para cada dimensão ontológica: a linguagem está para a estrutura assim como o discurso está para a prática e o texto está para o evento. A correspondência

¹ Nossa tradução de: Social structures are very abstract entities. One can think of a social structure (such as an economic structure, a social class or kinship system, or a language) as defining a potential, a set of possibilities. However, the relationship between what is structurally possible and what actually happens, between structures and events, is a very complex one. Events are not in any simple or direct way the effects of abstract social structures. Their relationship is mediated - there are intermediate organizational entities between structures and events. Let us call these 'social practices'. (Fairclough, 2003, p. 23).

linguagem-estrutura se fundamenta na abstração, na impossibilidade de palpabilidade plena, de esgotamento. A correspondência discurso-prática, por sua vez, está calcada na concepção de práticas discursivas que, segundo Foucault, podem ser lidas como ordens de discurso, definidas como “facetas discursivas das ordens sociais”, uma instância intermediária “entre o linguístico e o não-linguístico, entre o discursivo e o não-discursivo” (Fairclough, 2001; Peixoto; Ferreira, 2018, p. 2878). A correspondência texto-evento já foi justificada: todo uso da linguagem inaugura um acontecimento concreto.

Por ora, delimitemos o que caracteriza uma ordem de discurso: são as possibilidades discursivas (o que se pode dizer, como se pode dizer e quem está autorizado a dizer) em um determinado domínio social, o que inclui discursos, gêneros e estilos específicos e convencionados no interior desse domínio. Esses mesmos elementos funcionam pela aglutinação de ações linguísticas e ações sociais: (a) os *discursos*, como modos de representar; (b) os *gêneros*, como modo de agir; e (c) os *estilos*, como modos de identificar. A análise de um texto, portanto, permitiria um movimento dual. No linguístico, avaliando-se os discursos, os gêneros e os estilos que se articulam no interior do texto e se relacionam com o contexto mais amplo. No social, avaliando-se os processos de representação, ação e identificação contrapostos às estratégias linguísticas selecionadas e mobilizadas no processo de elaboração da unidade textual. A partir de um texto, portanto, seria possível desvelar pistas sobre as engrenagens sociais que edificam de modos particulares os processos de produção e consumo daquele mesmo texto; sobre elementos simultaneamente estruturais e estruturantes do seio societário; sobre discursos que posicionam sujeitos em diferentes ordens do discurso.

Vejam, então, como a sociedade vem usualmente se (des)regulando e se (des)organizando em função do discurso. Foucault (1984 *apud* Fairclough, 2001, p. 76) observa que em toda sociedade, qualquer que seja, “a produção do discurso é imediatamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos, cujo papel é tutelar seus poderes e perigos, domesticar suas casualidades, escapar da sua ponderável, formidável materialidade.” Dentre tais procedimentos, estariam a imposição de limites sobre o que pode ser dito, por quem, e em que ocasiões; distinções entre os discursos racionais e loucos, entre discursos tidos como verdadeiros e falsos; efeitos de atribuições de autoria, fronteiras entre áreas do saber, consagração de determinados textos enquanto canônicos; assim como restrições sociais ao acesso a certas práticas discursivas (Fairclough, 2001, p. 76).

Transparecem-nos, portanto, alguns dos mecanismos e dinâmicas de assimetria de poder que guiam a aceção negativa do que se compreende por *ideologia* na Análise do

Discurso Textualmente Orientada. As ideologias podem aqui ser lidas como “significações da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 117). Estaria(m) ela(s), por consequência, fundamentalmente operando pela gênese e manutenção de significados amplamente reproduzíveis, como senso comum, que implicam e garantem a continuidade das assimetrias que constituem as relações sociais, preservando condições de dominância, exploração e subalternidade entre sujeitos. Uma ideologia é, portanto, “uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos” (Fairclough, 2001, p. 119).

Sendo a vida social textualmente mediada, é natural que a ideologia opere, sobretudo, na linguagem e na produção de significados. Tal pressuposto implica, portanto, atravessamentos nos processos de representação, ação e identificação, através dos quais o sujeito interage consigo, com os outros e com o mundo. Isto é, nos *modos de representação*, está presente na

forma pela qual aspectos da realidade são apresentados e significados. Associados à hegemonia, os textos podem ser investidos ideologicamente para supor uma realidade como inquestionável e inevitável. Nos *modos de ação*, a ideologia atua na estruturação de gêneros como atividades da interação humana realizadas em práticas sociais, intervindo sobre a indução, a reprodução e o fortalecimento de hábitos. A ideologia pode, assim, contribuir para sustentar certa conjuntura hegemônica de práticas e atividades sociais que implicam questões de desigualdade, domínio e exploração. Já nos *modos de identificação*, a ideologia pode se apresentar nas formas de comprometimentos, julgamentos e diferenciação, sendo potencialmente útil para manter relações assimétricas de poder (Peixoto; Ferreira, 2018, p. 2887, grifos meus).

É preciso salientar, ainda, um traço particular da ideologia que a qualifica enquanto tal, que a torna possível em termos práticos: sua invisibilidade. Não por acaso há uma certa relação de proporcionalidade direta entre sua eficiência e a condição de que passe despercebida pelo social por ela agenciado. O que configura, para Foucault, uma condição de bom desempenho, na medida em que o poder não funciona pela dominação forçada, mas “é tolerável somente na condição de que mascare uma grande parte de si mesmo. Seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos” (Foucault, 1981 *apud* Fairclough, 2001, p. 75).

Seria, pois, a ideologia essencial na fundação de uma sociedade? Seria todo discurso irremediavelmente ideológico? Para Fairclough (2001), a resposta é “não”. As ideologias

estariam presentes apenas “nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante” (Fairclough, 2001, p. 121). O triunfo sobre sociedades assimétricas configuraria, portanto, a superação da ideologia. Até lá, a ideologia permanece constituindo sujeitos sociais, operando enquanto elemento fundamental nas dinâmicas que regem as interações possíveis.

Atestamos, logo, que a ideologia funciona em prol da exploração, da relação dominante-dominado, da assimetria social, e assimetria remete a poder. Em termos de *poder*, Fairclough corrobora Gramsci (1971), para o qual equivale à *hegemonia*. Na abordagem gramsciana, “hegemonia é concebida como um equilíbrio instável construído sobre alianças e a geração de consenso das classes ou grupos subordinados, cujas instabilidades são os constantes focos de lutas” (Gramsci, 1971 *apud* Fairclough, 2001, p. 85). Vemos, nessa acepção, que o rearranjo do poder em mãos específicas é, naturalmente, tácito. É o pacto silencioso e velado que guia à duradoura concentração de vantagens, de privilégios, de possibilidades a uma determinada parcela da sociedade em detrimento de outra oposta, esta que se vê coibida, subjugada, explorada — equação convencionada e naturalizada pela ideologia.

Hegemonia é aqui entendida, portanto, como

liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios (Fairclough, 2001, p. 122).

Ao nível das estruturas, é a hegemonia patriarcal que condiciona as concepções de gênero há tanto presentes, anteriores ao nosso próprio nascimento. As alianças masculinas, também há tanto sólidas e operantes, implicam cerceamento de possibilidades à classe dominada, assujeitada a um *continuum* de violência — em suas múltiplas dimensões, da moral à física. Nesse sistema, ao contrário do que ainda pode se pensar, não é o sexo o fator de desigualdade, como um elemento físico determinante, é o gênero, é a abstrata “construção naturalizada e difundida socialmente” do que se compreende por *homem e mulher* (Alvares;

Medeiros, 2019, p. 178), diferentes posições-sujeito, agenciados e constituídos pela própria negociação de sentidos e pelas relações de poder, convencionalmente opostos, por vezes conflitantes, por vezes complementares.

Nessa assimetria, acostumou-se com a ideia de que, enquanto ao homem tudo é possível nos limites da masculinidade, à mulher tudo é possível nos limites da feminilidade. Ao nível das práticas, contudo, parece que pouco é realmente possível à mulher: controla-se o que diz, a quem diz, como diz, quando diz e em que espaços é possível dizer. Isso significa que, mais uma vez, não há aqui qualquer simetria:

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa há um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos (...). A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (Beauvoir, 1980, p. 9).

O capital simbólico é desigualmente dividido. O homem seria, pela própria condição de pertencer ao masculino, um líder, um porta-voz, uma autoridade. A ele, as oportunidades de visibilidade e reconhecimento simplesmente se mostram. A mulher, pela própria condição de pertencer ao feminino, é assujeitada ao lugar de serventia, de subserviência, de silêncio. Essas representações se originam nas estruturas sociais, se naturalizam através das práticas sociais e se materializam nos eventos sociais. Haveria, portanto, um momento zero? A mulher teria sido definida em oposição ao que se compreende por homem. O homem é o centro de referência, o ponto de partida, o essencial. A mulher

não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial (Beauvoir, 1980, p. 10).

Em termos de referencialidade, o homem é *Um*, a mulher é o *Outro*: “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (Beauvoir, 1980, p. 10). Ela é o secundário, o objeto, o desacerto; aqui,

O princípio masculino é, então, parâmetro para tudo aquilo que é humano, enquanto a mulher é contingente, desviante e não essencial. Ela o completa, mas ela mesma é incompleta. Por ser fundamentalmente antinatural viver no papel de objeto, a mulher hesita entre o papel histórico que lhe é oferecido e uma afirmação de sua liberdade (Pedrosa; Vieira, 2021, p. 187).

Grosso modo, as identidades de gênero e as concepções de masculinidade e feminilidade são, por essência, construtos históricos e ideológicos, que atribuem diferentes papéis sociais a diferentes posições-sujeito — também historicamente desiguais. Semelhantemente, o patriarcado, o machismo e a misoginia são problemas estruturais e estruturantes. Essa ideia se confirma pela própria relação dialética que se estabelece entre discurso e estrutura social, entre linguagem e realidade: “a última é tanto uma condição como um efeito da primeira” (Fairclough, 2001, p. 91). Isto é, as estruturas que constituem a realidade conhecida moldam os discursos (im)possíveis. De mesmo modo, os discursos atuam sobre as estruturas, tendo poder para reproduzi-las ou transformá-las. Isso implica dizer que a naturalização da superioridade masculina não é um caminho incontornável: é nos próprios espaços de interação que a luta ideológica se materializa, oportunizando tensões discursivas e movimentos contra-hegemônicos.

Discutiremos, na seção seguinte, como as práticas jornalísticas da imprensa brasileira contemporânea podem contribuir para a reprodução de discursos dominantes sob disfarce de uma representação confiável, neutra e imparcial da realidade noticiada.

2.3 Crivo editorial: o efeito ideológico de neutralidade

Pensando o gênero textual enquanto uma unidade forma-função, isto é, um efeito da combinação entre estrutura formal e função sociocomunicativa, situo a notícia enquanto um gênero textual próprio do meio jornalístico, cujo propósito reside no suprimento de uma demanda de divulgação e publicização de fatos do mundo. Por esse sentido, presume-se se tratar de um gênero em que não convém outro tipo de linguagem se não a clara e objetiva, com alto nível de informatividade, ainda que sejam textos relativamente curtos. Vê-se, logo, que todas essas configurações refletem os objetivos do próprio gênero textual.

Publicadas nos mais diversos veículos de mídia, como revistas, jornais *sites* e portais, as notícias são integradas por alguns estruturantes principais: a manchete, o lide e o corpo do texto, respectivamente. A manchete é a “porta de entrada” ao gênero e ao acontecimento narrado; é naturalmente grafada em negrito, de modo que as letras em evidência chamariam a atenção do leitor (Soares, 2021, p. 182). O lide, por sua vez, é o primeiro parágrafo da notícia, localizado imediatamente abaixo da manchete; sua função é sintetizar o evento descrito em um resumo completo, informando “quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que e para que” (Lages, 2002 *apud* Soares, 2021, p. 182). A partir do segundo parágrafo,

inicia-se o corpo do texto, espaço destinado ao desenvolvimento pormenorizado do evento social narrado.

As notícias devem ser, assim, vistas [...] como sendo o resultado da interação entre a mente, a linguagem, os constrangimentos jornalísticos (pessoais, sociais, ideológicos, culturais e outros) e os fenômenos reais que nelas são representados. As notícias são individual, social e culturalmente construídas, resultando de um complexo processo de transformação, hierarquização, inclusão e exclusão de informações, no qual interferem linguagens, técnicas, dispositivos midiáticos e critérios complexos de noticiabilidade, eles próprios resultantes de fenômenos pessoais, sociais, ideológicos e culturais. (Sousa, 2004, p. 18).

Como bem nos situa Sousa (2004, p. 18), pouco há na constituição de textos jornalísticos aspectos que atestem quaisquer indícios de neutralidade em sua natureza. Há, na própria linguagem, esta que é socialmente construída, atravessamentos ideológicos que fazem parte dos sujeitos que dela fazem uso para interagirem entre si e com o mundo. Isto é, ainda que em posição-sujeito de jornalista, incumbido da tarefa de representar fidedignamente a realidade à qual pertence, permanece agenciado por estruturas sociais, atuando dentro de lógicas, normas e regimes de verdade hegemônicos.

Como já discutimos, um sujeito não é autônomo ou a origem de seu dizer, mas agenciado por estruturas que condicionam aquilo que é discursivamente possível ou não. Este, no lugar de jornalista, age no social numa posição marcada por atravessamentos de diversas ordens — ideológica, social, política. Portanto, corroboramos Manoff (1986 *apud* Sousa, 2004, p. 29), para quem

a escolha que o jornalista faz de uma narrativa não é totalmente livre. Fatores como a aparência que o real assume para o jornalista, as convenções que moldam a sua percepção e fornecem o inventário para a elaboração de notícias, os constrangimentos organizacionais e as rotinas limitam a esfera de autonomia do profissional do jornalismo.

Frente a isso, a Teoria do Jornalismo, enraizada “na linguística, na retórica, na semiótica, na psicologia, na sociologia, na economia e noutras disciplinas científicas” (Sousa, 2004, p. 20), estabelece parâmetros de análise e avaliação do *modus operandi* jornalístico, oportunizando discutir como o jornalismo *deveria ser* — partindo de princípios éticos e normativos — e como ele efetivamente *é* — partindo de eventos sociodiscursivos concretos.

Dentre tais parâmetros, destaca-se a *seleção e hierarquização informacional*. Em teoria, um acontecimento não poderia jamais ser noticiado na íntegra, a menos que um ser onisciente o fizesse. Perante tal problema, é preciso que as informações disponíveis ao jornalista sejam submetidas a um processo de hierarquização, de modo que apenas as

consideradas relevantes e pertinentes sigam na composição da notícia. “Essas informações são, por sua vez, re combinadas, montadas e adaptadas à linguagem do meio através do qual vão ser veiculadas, ou seja, sofrem um processo de transformação” (Sousa, 2004, p. 20). Os próprios termos “seleção” e “hierarquização”, suponho, remetem a graus maiores de subjetividade, dado que valores sociais, políticos e ideológicos orientam o(s) processo(s) de escolha.

O parâmetro anterior vai ao encontro do próximo: a *influência pessoal sobre as notícias*. No processo de seleção, hierarquização e transformação das notícias, o jornalista age, naturalmente, por orientações sociocognitivas particulares: “os jornalistas adaptam modelos cognitivos que lhe são familiares para organizar informações e produzir sentido e tendem a procurar e selecionar dados que vão de encontro das suas convicções” (Sousa, 2004, p. 21).

Noticiar, aqui, se entende enquanto “uma forma de narrar” (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 56). Compreendemos, portanto, que “as notícias são essencialmente histórias, narradas à luz da cultura no seio da qual são produzidas e pela cultura dos jornalistas. Fabricam-se notícias como aprendemos a contar histórias” (Schudson, 1988; Traquina, 2001 *apud* Sousa, 2004, p. 29). Esse pressuposto antevê o terceiro parâmetro, *enquadramentos e cultura*, que situa as notícias enquanto “representações dos acontecimentos”, leituras particulares de um evento, que, por natureza, “pressupõem e estruturam visões do mundo — os enquadramentos” (Sousa, 2004, p. 28).

De modo geral, quantas formas há de se falar sobre um mesmo fato? “Mulher morre”, “mulher é morta”, “mulher desencarna”, “matam mulher”, “mulher bate as botas”... Diante de um sem-número de possibilidades, há somente a certeza de que não são necessariamente intercambiáveis entre si, como se houvesse entre elas um grau definitivo de sinonímia e equivalência. Cada uma, a seu modo, revela traços socioideológicos, que implicam distinções representativas sobre um mesmo objeto discursivo. As notícias, enquanto representações, não são “um reflexo dos fatos isento de valores. Há sempre maneiras diferentes de dizer as coisas e elas não são (...) acidentais” (Sousa, 2004, p. 18).

Apesar disso, dentre as práticas jornalísticas,

são divulgados princípios jornalísticos que garantiriam, pela técnica aprimorada na escrita na imprensa, a informação como um bem de consumo capaz de refletir os fatos do mundo real do modo mais isento possível, nos diversos meios de comunicação de referência. (Melo, 2004, p. 29).

Isto é, através de aparelhos de referência, como manuais de redação, estilo e técnica, a linguagem jornalística se torna padronizada. Essa mesma padronização, a que se dá nome de *crivo editorial*, também traz implicações na receptividade do texto, na medida em que se constroi, no imaginário social, um estereótipo do texto noticioso, este que passa a ser reconhecido como neutro e confiável.

Para Melo (2004, p. 35),

Visto que o discurso do jornalismo noticioso da imprensa tenta afastar a subjetividade do jornalista para autorizar a objetividade da instituição jornalística, delega para a língua (para uma fatia dela) a possibilidade de transmitir conteúdos de modo neutro, ou seja, a informação não seria uma interpretação da imprensa aos fatos transformados em notícia, mas a descrição dos fatos reais pelos textos noticiosos.

Isso implica dizer que, nos alicerces que sustentam o crivo editorial, há um princípio de reificação da língua, esta que passa a ser vista como um sistema fechado em si mesmo, um código independente, transparente, capaz de refletir os fatos do mundo (Melo, 2004, p. 33). Como resultado, “a falsa impressão de neutralidade e objetividade que cerca o espaço jornalístico faz com que a maioria dos sujeitos não perceba as determinações socioideológicas que fazem com que o sujeito-autor escreva o que relata de um modo e não de outro” (Alvares; Medeiros, 2019, p. 177).

3 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Neste capítulo, discutiremos teoria e metodologia: descreveremos os pilares da teoria linguística que sustenta este trabalho, assim como o percurso metodológico seguido — desde a seleção do *corpus* de pesquisa até os procedimentos de análise para o cumprimento dos objetivos aqui propostos. Já antecipamos que a abordagem faircloughiana de Análise de Discurso está fundamentada teoricamente na LSF, que conduz certo olhar para o objeto analisado, este enquanto texto concreto em situação real de uso da língua. Falaremos, portanto, das ferramentas de análise dispostas pela teoria hallidayana, com trato especial do Sistema de Transitividade, que conduzirá a análise discursiva de três notícias de feminicídio.

O capítulo está subdividido em duas seções secundárias: 3.1 *Princípios gerais da Linguística Sistemico-Funcional*, cujo título já sugere seu conteúdo; e 3.2 *Procedimentos metodológicos*, na qual descreveremos os processos de coleta e seleção do *corpus*, caracterizando-o, assim como a sistemática de análise, apontando os parâmetros com os quais julgamos possível compreender sentidos, posições sociais e relações de poder inerentes ao discurso jornalístico.

3.1 Princípios gerais da Linguística Sistemico-Funcional

Nesta seção, retomo, mais uma vez, a LSF, em cuja base teórica se situam noções que, dadas as pretensões deste trabalho, se fazem fundamentais. A abordagem hallidayana não apenas norteia as concepções teóricas — como de língua e linguagem — aqui adotadas, mas também as metodológicas, por apresentar uma série de pressupostos, instrumentos e procedimentos que satisfazem uma análise discursiva aos níveis linguístico e socioteórico mais amplo.

Começemos, então, pela noção de *Contexto*, principal eixo teórico da LSF. Esse mesmo conceito se estratifica em outros dois, que estão intimamente interligados: Contexto de Cultura e Contexto de Situação. O *Contexto de Cultura* “integra as características socioculturais de uma dada sociedade”; é nele, inclusive, que se situa o propósito social dos textos. O *Contexto de Situação*, por sua vez, “é o contexto imediato no qual se realiza a interação, (...) é onde, de fato, o texto acontece” (Costa, 2022, p. 22).

Figura 2 — Complexo sistêmico-funcional de Halliday

Fonte: Santos (2014, p. 170)

Segundo Eggins e Martin (1997 *apud* Santos, 2014, p. 171), os termos *registro* e *gênero*, respectivamente associados a Contexto de Situação e Contexto de Cultura, dizem respeito aos dois maiores níveis de variação textual, caracterizando, portanto, os textos em duas diferentes instâncias.

Indo além, Halliday (1978 *apud* Costa, 2022, p. 22) propõe ainda três variáveis de registro: a) o Campo (o que está acontecendo), b) a Relação (quem está participando), e c) o Modo (qual a forma da linguagem). Isto é, o que é dito pelo falante e a natureza dessa ação, considerando conteúdo e propósito sociocomunicativo; o envolvimento entre os participantes da cena enunciativa, em termos de formalidade; e o canal pela qual a comunicação ocorre, somando-se, também, ao papel da linguagem na interlocução (Costa, 2022, p. 22).

Quadro 1 — Relação entre contexto e metafunções da linguagem

Variáveis de registro	Metafunções da linguagem	Realização léxico-gramatical
Campo	Ideacional	Transitividade e relações lógico-semânticas
Relação	Interpessoal	Modo, modalidade, atitude
Modo	Textual	Tema e Rema

Fonte: Santos (2014, p. 170)

Na perspectiva de que o desenvolvimento da linguagem humana está calcado na satisfação de necessidades comunicativas, Halliday (1978 *apud* Santos, 2014, p. 171) propõe a multifuncionalidade simultânea de todo e qualquer uso da língua, sendo as chamadas

metafunções a produção de significados a) *ideacionais*, sobre como representamos nossa experiência na linguagem (mundividência), uma vez que sempre se fala sobre algo ou sobre alguém; b) *interpessoais*, sobre as relações sociais que se estabelecem entre os interactantes, uma vez que sempre se expressam atitudes ou se desempenham papéis ao usar a língua; e c) *textuais*, que servem para a organização informacional em textos coerentes, a depender do contexto. Em linhas gerais, “a linguagem é entendida sob dois propósitos: a representação do mundo (dar sentido a nossa experiência) e a interação com os outros (influir sobre os outros), sendo esses propósitos organizados em forma de informação, mensagem (texto)” (Fairclough, 2001).

Quadro 2 — As metafunções da linguagem

Metafunção	Significado	Status correspondente na oração
Ideacional	Representar o mundo da experiência	Oração como representação
Interpessoal	Desempenhar relações sociais	Oração como troca
Textual	Criar relevância para o contexto	Oração como mensagem

Fonte: Halliday (1994 *apud* Santos, 2014, p. 172)

Objetivamente, pode-se dizer que as metafunções se dão a partir das necessidades situacionais. De modo pragmático, das particularidades e da configuração do contexto de situação:

o homem, situado histórica e socialmente numa cultura, seleciona o modo como vai produzir texto e a forma como interagirá com os participantes da interação, considerando um conhecimento, um conteúdo experiencial que será realizado como seleção que fará. Assim, os textos terão características diferentes, dependendo dos participantes e da finalidade a que sirvam (Barbara; Macêdo, 2009 *apud* Santos, 2014, p. 172).

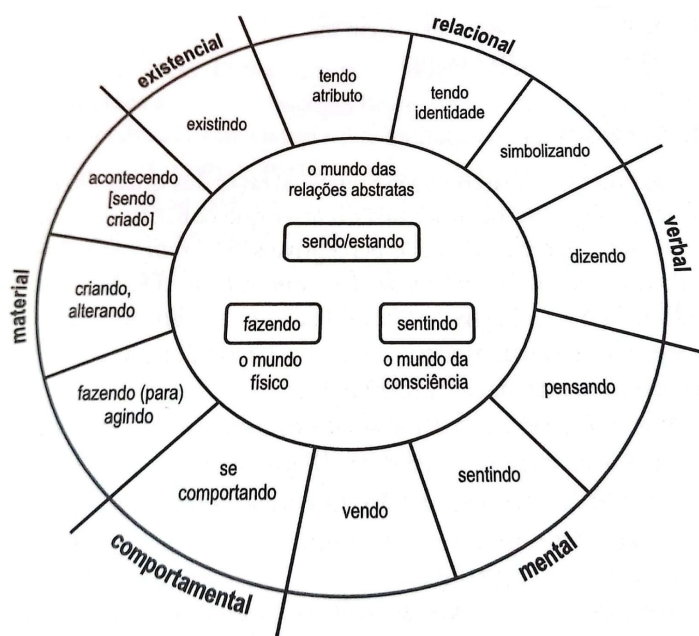
Aprofundemo-nos, por ora, no sistema discursivo da ideação, relacionado à metafunção ideacional — esta que especialmente fundamenta e conduz a análise discursiva aqui pretendida. Aqui, a prioridade recai sobre como a experiência humana se materializa no eixo sintagmático: concentra-se “no conteúdo de um discurso – quais tipos de atividades são realizadas e como os participantes que realizam tais atividades são descritos e classificados. Estes são os tipos ideacionais de significados, que marcam o campo de um texto” (Martin; Rose, 2007, p. 17 *apud* Cecchin; Cargnin, 2023, p. 46). É no âmbito da ideação que são organizadas e representadas as ideias do sujeito — este, claro, agenciado por estruturas condicionantes: “as representações dos significados ideacionais estão sempre envolvidas com

os construtos sociais e culturais e são realizadas por um sistema gramatical (Kress; Van Leeuwen, 2002 *apud* Santos, 2014, p. 173).

Quando falamos, pois, de significados ideacionais, é o *sistema de transitividade* o principal mecanismo gramatical responsável pela organização da experiência sob forma linguística. É, de tal modo, “um recurso linguístico que dá conta de ações de quem fez o quê a quem em que circunstâncias” (Gouveia, 2009 *apud* Costa, 2022, p. 25). Em termos alternativos, o sistema de transitividade é, na abordagem hallidayana, um modo de perceber como a linguagem reflete as percepções de mundo, que viabiliza a identificação de ações e atividades humanas expressas no discurso e a respectiva realidade retratada. Para tanto, a oração é segmentada em três diferentes componentes, os papéis de transitividade: Processos, Participantes e Circunstâncias. O Processo, correspondente ao grupo verbal, é o elemento que representa o evento constitutivo da experiência de que se fala. Os Participantes, que correspondem ao grupo nominal, são as entidades envolvidas no Processo, que o realizam ou que por ele são afetadas. As Circunstâncias, por fim, correspondentes ao grupo adverbial, caracterizam o Processo em termos circunstanciais, situando-o em tempo, espaço, modo e semelhantes.

É feita, ainda, uma classificação segunda em torno de um desses papéis: os Processos. Divididos em básicos e secundários, os Processos podem ser de natureza Material, Relacional e Mental — básicos — ou Verbal, Comportamental e Existencial — secundários. Os secundários, situados nas zonas fronteiriças entre os tipos principais, “são intermediações que preservam certos traços dos processos que lhes cercam” (Furtado da Cunha; Souza 2007, p 55):

Figura 3 — A gramática da experiência: tipos de processo em inglês



Fonte: Halliday; Matthiessen, 2004 (adaptado por Furtado da Cunha; Souza, 2007, p. 55)

Eis, portanto, como se caracterizam:

- a) Os *Processos Materiais* seriam aqueles que envolvem feitos concretos, observáveis no mundo empírico. Usualmente, há uma entidade que empreende “ações concretas, eventos e acontecimentos fatídicos” (Sousa, 2006, p. 54 *apud* Henriques; Souza, 2020, p. 127). Seus Participantes são o Ator (que realiza a ação) e a Meta (a quem se destina a ação). Ex.: Todos [participante: Ator] podem publicar [processo: Material] conteúdo online [participante: Meta] (Lima-Lopes, 2017, p. 13).
- b) Os *Processos Mentais*, aqueles que “refletem atividades do universo da mente, do sentir, de modo que externalizam os sentimentos, percepções interiores do ser humano e cognições” (Costa, 2022, p. 29). Como Participantes, há o Experienciador (em cuja mente a experiência se dá) e o Fenômeno (que é o elemento percebido) (Henriques; Souza, 2020). Ex.: Israel [participante: Experienciador] pensou [processo: Mental] ter aval de Trump [participante: Fenômeno] (Lima-Lopes, 2017, p. 13).
- c) *Processos Relacionais* “expressam relação de ser e de estar, estabelecendo relação entre duas entidades, ou conferindo características a alguma delas” (Costa, 2022, p. 28). “Representam significados ligados à identificação, cujos participantes são o Identificado e o Identificador; à posse, cujos participantes

são o Possuidor e o Possuído; e classificação, cujos participantes são o Portador e o Atributo”: A Wikipédia [participante: Portador] é [processo: Relacional] um projeto de enciclopédia colaborativa [participante: Atributo] (Lima-Lopes, 2017, p. 13).

- d) Os *Processos Comportamentais*, por sua vez, descrevem comportamentos tipicamente humanos, de ordem física ou psicológica. Seus Participantes são o Comportante e o Comportamento. Ex.: (...) você [participante: Comportante] pode observar [processo: Comportamental] os gráficos... [participante: Comportamento] (Lima-Lopes, 2017, p. 13).
- e) *Processos Verbais* seriam aqueles referentes aos atos de fala, ações declarativas, que envolvem “verbos *dicendi*: falar, dizer, contar...” (Henriques, 2016, p. 50 *apud* Henriques; Souza, 2020, p. 127). Como Participantes, há “o Dizente, que realiza a ação, a Verbiagem, que é a mensagem em si, além do Alvo, que representa a instância que sofre a ação”: A vizinha [participante: Dizente] contou [processo: Verbal] inverdades [participante: Verbiagem] sobre o casamento de sua sobrinha [participante: Alvo] ... (Lima-Lopes, 2017, p. 13).
- f) Os *Processos Existenciais*, por fim, “fazem a representação de algo que existe ou que acontece” (Henriques; Souza, 2020, p. 127), situando o Existente, seu único Participante: Haverá [processo: Existencial] caminhada e comida típica [participantes: Existentes] (Lima-Lopes, 2017, p. 14).

Para Costa (2022, p. 26), uma análise discursiva orientada pelo sistema de transitividade permitiria avaliar aspectos de ordem sistêmica e funcional da linguagem, “tanto dos mecanismos associados à organização e tessitura do texto bem quanto aos aspectos associados às escolhas lexicais e de uso da linguagem”. Não percamos de vista que a construção dos significados ideacionais ocorre em moldes culturais e sociais. A partir do sistema de transitividade, por exemplo, é possível (e provável) que o falante opte por ocultar ou destacar participantes, atribuir agência ou apagá-la, responsabilizar, neutralizar ou inocentar agentes. Toda escolha é motivada, de modo consciente ou inconsciente. Construir versões do mundo implicaria, também, selecionar tipos de Processo em detrimento de outros, atividade regida por orientações políticas e ideológicas.

3.2 Procedimentos metodológicos

O trabalho ora desenvolvido se pretende uma análise sistêmico-funcional dirigida à análise e interpretação de significados ideacionais (Halliday; Matthiessen, 2004) em textos noticiosos. Acreditamos que, sendo a finalidade do texto noticioso a transmissão de informações sobre a realidade, representando o mundo experiencial por meio da linguagem, a neutralidade do texto jornalístico preconizada e pretendida pela imprensa abre espaço para discussões valiosas: mesmo submetendo sua escrita ao crivo editorial, buscando a suposta neutralização do discurso, o autor — em posição-sujeito de jornalista — ainda é atravessado pela ideologia que o constitui sujeito, esta que influi sobre o processamento textual, orientando escolhas principalmente de ordem léxico-gramatical. Diante disso, propomo-nos a avaliar as escolhas léxico-gramaticais realizadas em detrimento de outras, identificando aspectos socioideológicos presentes em sua materialização, situando-as histórica e politicamente frente ao contexto hegemônico em que se inserem.

Para tanto, nosso *corpus* de pesquisa é composto por 3 (três) notícias de feminicídios publicadas e ocorridos em território nacional, no período de 2022 a 2024. Sobre o recorte temporal, há de se considerar o aumento dos índices de violência contra a mulher durante o período da pandemia da Covid-19², contexto agravado pela obrigatoriedade da quarentena, estreitando a distância entre as mulheres e seus agressores, com os quais foram obrigadas ao convívio prolongado (Lima, 2021). A extensão do recorte para além da pandemia, até o ano de 2024, justifica-se pelo reconhecimento de que os feminicídios associados à pandemia não se encerraram com a declaração do fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 5 de maio de 2023. É bem verdade que o agravo da violência contra a mulher durante a pandemia da Covid-19 trouxe implicações à longo prazo, que desembocam em episódios de feminicídio até os anos subsequentes: "ao contrário da Covid-19, a violência contra as mulheres não pode ser interrompida com uma vacina" (Lima, 2021). Para tanto, considera-se não só a (possível) relação direta entre os casos selecionados ao contexto pandêmico, mas também a oportunidade de perceber como o *modus operandi* jornalístico vem se atualizando (ou não) nos anos subsequentes à alta de violência contra a mulher.

Os procedimentos metodológicos envolvem, a princípio, busca e seleção de notícias de feminicídio publicadas em meio digital nos últimos 3 anos, de 2022 a 2024. O principal

² Em 2021, o levantamento “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, conduzido pelo Datafolha e encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apurou que 4,3 milhões de mulheres brasileiras com 16 anos ou mais (6,3%) foram alvo de agressões físicas, sobretudo com tapas, socos e chutes. Isto é, “a cada minuto, 8 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.” (Lima, 2021).

critério de eleição dos textos que compõem o *corpus* do presente trabalho foi a presença de elementos e recursos linguísticos — léxico-gramaticais e semânticos — que evidenciam a não neutralidade dos textos, permeados pela(s) subjetividade(s) do(s) autor(es). As notícias selecionadas pertencem a diferentes instituições jornalísticas: a primeira, *Corpo de mulher é encontrado enterrado no quintal de casa em Planaltina (GO)*³, publicada pelo Correio Braziliense em 15 de novembro de 2022; a segunda, *Mulher é morta a facadas em SP após registrar queixa de violência contra ex-namorado*⁴, publicada pela Folha de S. Paulo em 6 de abril de 2023; e a terceira, *Mensagem no celular teria motivado morte de servidora da UFPE; namorado tem prisão preventiva decretada*⁵, pelo Diário de Pernambuco em 13 de novembro de 2024. Todas as instituições se detêm em uma abordagem reportativa de jornalismo, de alta credibilidade pública e grande alcance numérico, garantindo ampla audiência a nível nacional.

Falemos um pouco sobre a configuração textual das notícias selecionadas. Como já apontamos, nenhuma das notícias faz parte do jornalismo impresso, estando situadas em ambiente digital. As duas primeiras, do Correio e da Folha, foram publicadas no próprio portal digital do qual foram retiradas. A última, por outro lado, foi publicada pelo Diário no *Instagram*, em sua própria página, rede social por onde atua muito frequentemente, produzindo notícias de diversas categorias com certa constância. Esse formato também parece justificar as dessemelhanças entre esta e as duas primeiras. Enquanto as notícias do Correio e da Folha apresentam todos os constituintes básicos do gênero (manchete, lide e corpo), a notícia do Diário é composta apenas de manchete e corpo. A extensão também é diferenciadora. São, as três, como o próprio gênero textual obriga, textos curtos e objetivos, com dimensão inferior a 500 (quinhentas) palavras. Contudo, considerando manchete, lide e corpo, enquanto as duas primeiras estão respectivamente dimensionadas em 328 (trezentas e vinte e oito) e 485 (quatrocentas e oitenta e cinco) palavras, a última, do Diário, apresenta apenas 195 (cento e noventa e cinco). Quanto ao corpo e à paragrafação das notícias, a primeira apresenta 286 (duzentas e oitenta e seis) palavras distribuídas entre 5 (cinco) parágrafos; a segunda, 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) palavras para 14 (quatorze) parágrafos; a última, por fim, 180 (cento e oitenta) palavras para também 5 parágrafos.

Propomo-nos a analisar o *corpus* da pesquisa aos níveis léxico-gramatical, semântico e pragmático, fazendo uso de instrumentos de análise da Sistêmico-Funcional, como o

³ Para ler a notícia na íntegra, ver referências.

⁴ Para ler a notícia na íntegra, ver referências.

⁵ Para ler a notícia na íntegra, ver referências.

Sistema de Transitividade, que “possibilita identificar ações e atividades humanas que estão sendo expressas no discurso e que realidade está sendo retratada.” (Costa, 2022, p. 25). Nessa dimensão da léxico-gramática, uma análise discursiva, em termos textuais, costuma orientar-se para:

verificar se tipos de processo e participantes particulares estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos. Um maior interesse está na agência, na expressão de causalidade e na atribuição de responsabilidade. Que tipos de processo são mais usados, e que fatores podem ser considerados em função disso? (...) As orações passivas ou as nominalizações são frequentes, e em caso positivo, que funções parecem desempenhar? (Fairclough, 2001, p. 287).

Conduzida, então, pelos significados ideacionais do discurso, a análise aqui pretendida partirá da descrição da primeira variável de registro, o Campo: quais são as atividades descritas e como figuram as entidades envolvidas. Isto é, avaliaremos os Processos e suas classificações, estendendo-nos para os Participantes e as Circunstâncias que marcam a realidade representada pelo falante. Consideraremos, sobretudo, os Contextos de Cultura e de Situação, assim como algumas das contribuições da ACD e da Teoria do Jornalismo.

É importante frisar que não analisaremos as notícias em sua totalidade. Seleccionamos fragmentos específicos de cada uma, priorizando a abrangência de todos os constituintes estruturais: serão analisadas todas as manchetes, todos os lides (quando houver) e pelo menos 1 (um) excerto do corpo da notícia. Neste movimento, optamos por marcar com diferentes colorações os diferentes papéis de transitividade: de azul, os Participantes; de vermelho, os Processos; de verde, as Circunstâncias.

Assim, numa leitura mais ampla, analisando a construção das notícias, os recortes priorizados em função das informações disponíveis, as escolhas linguísticas e o modo de narração-descrição dos episódios, julgamos possível caracterizar as formas de manifestação linguística da ideologia que atravessa o sujeito-autor no processo de escrita de textos supostamente neutros.

4 A MORTE PELA CONDIÇÃO DE GÊNERO NO NOTICIÁRIO

Nesta seção, observaremos o funcionamento ideológico da linguagem, marcas que contradizem a pretensão de neutralidade da imprensa no noticiamento do mundo. Para tanto, através de fragmentos de notícias de feminicídio, avaliaremos os efeitos discursivos das escolhas léxico-gramaticais na ordem da Transitividade (Halliday, 2004), estas que não somente implicam diferentes significados sobre o fato narrado, mas que sinalizam motivações políticas, sociais e ideológicas em sua tomada.

4.1 Jéssica, Renata e Tamires

4.1.1 Jéssica Oliveira de Sales

Começemos nossas análises, então, pela primeira das notícias: a de Jéssica. Assassinada com um mata-leão⁶ e enterrada em uma cisterna pelo ex-marido Rafael Santana Pádua, Jéssica Oliveira de Sales tinha 31 anos e era mãe de duas crianças. O caso aconteceu em novembro de 2022, em Goiás. O Correio Braziliense noticiou o episódio no dia 15 do mesmo mês, assim que Jéssica fora localizada, já sem vida.

(1) *Corpo de mulher é encontrado enterrado no quintal de casa em Planaltina (GO)*

Estruturada na voz passiva analítica, a manchete, “porta de entrada” da notícia, põe em evidência o objeto (corpo de mulher) que sofreu a ação do verbo (encontrar). É sobre um *corpo de mulher* que se fala, não outra coisa. “Encontrar”, aqui, configura uma ação concreta, perceptível e observável no mundo empírico; trata-se, portanto, de um Processo material, que pressupõe um Ator — aquele que encontra — e uma Meta — aquilo que é encontrado. *Corpo de mulher* é, logo, a Meta do Processo. Seu Ator, por outro lado, não foi indicado. O restante da oração caracteriza a cena em termos circunstanciais: *enterrado* diz respeito ao estado do sujeito (corpo de mulher) no instante do encontro; *no quintal de casa em Planaltina (GO)* marca sua localização.

Não é incomum, na cobertura de casos de vidas interrompidas, que a imprensa se remeta àqueles que foram a óbito como “corpos”. Para dar nome a algo ausente de vida, a vítima é coisificada: não tem nome, não tem identidade. A nominalização é o recurso de conversão de “processos em nomes, que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano — o tempo e a modalidade não são indicados — além de usualmente não especificar os

⁶ Golpe de estrangulamento desenvolvido e praticado pelas artes marciais japonesas.

participantes, de forma que agente e paciente são deixados implícitos” (Fairclough, 2001, p. 223). Aqui, não se fala de um crime, mas de um corpo, escolha que provoca um efeito despersonalizante e objetificante. É um procedimento que não apenas desumaniza o sujeito em questão, mas descaracteriza o episódio criminoso, já que não há uma “vítima de morte” ou um “assassinato”, minimizando o cenário de violência de gênero.

Falemos da relação entre sujeito e ação verbal. Sobre vozes verbais, Fairclough (2001, p. 226) diz que

Numa oração passiva, o objeto é sujeito e o agente é agente da passiva (uma estrutura que começa com 'por') ou é omitido. Ativa é a escolha não-marcada, a forma selecionada quando não há razões específicas para escolher a passiva. E as motivações para escolher a voz passiva são várias. Uma é que ela permite a omissão do agente, embora isso possa ser motivado pelo fato de que o agente é evidente em si mesmo, irrelevante ou desconhecido. Uma outra razão política ou ideológica para uma passiva sem agente pode ser a de ofuscar a agência e, portanto, a causalidade e a responsabilidade.

A notícia, no portal digital, considerando as informações disponíveis ao veículo, aparece enquadrada na seção intitulada “Feminicídio”. Ou seja, é fato que o responsável pela elaboração do texto estava consciente da configuração criminosa do ocorrido. Aqui, ainda assim, há um apagamento total do agente da ação de encontrar. Apaga-se, ainda, o agente da ação de enterrar: quem a enterrou? Ainda que os elementos paratextuais conduzam a leitura da notícia, situando-a numa seção específica e determinando seu enquadramento, é preciso que se reconheça a ausência de uma voz direta onde ela deveria existir: quem é a vítima? Como se deu sua morte? Quem a matou?

O uso da voz passiva, como assegura Fairclough (2021), pode ter (e é provável que tenha) motivações políticas e ideológicas. A omissão de entidades-chave implica efeitos pragmáticos específicos, considerando o contexto cultural mais amplo: o crime é descaracterizado enquanto tal. Ainda que se trate de um caso de feminicídio, situado na seção de feminicídios, não há qualquer foco na responsabilidade — que é totalmente suprimida. Há, por outro lado, um foco na “descoberta” do corpo enquanto um evento extraordinário, dirigindo a atenção para sua caracterização circunstancial: diz-se que o corpo foi encontrado enterrado e no quintal de sua casa, mas não sabe-se por quem ou em que circunstâncias se deram sua morte. Nutre-se, logo, certo suspense no início da narrativa, que oportuniza, pela mobilização de inferências sobre a leitura, soluções mirabolantes para desvendar o atípico e fascinante caso de um corpo feminino que surgiu, do absoluto nada, enterrado em um quintal.

O lide, do qual se espera responder às principais dúvidas em torno do fato narrado (“quem”, “o quê”, “a quem”, “quando”, “onde”, “como”, “por que” e “para quê”), igualmente falha. Aliás, cumpriria seu papel plenamente se a notícia fosse sobre a descoberta de um corpo. É, no entanto, sobre um feminicídio; uma mulher asfixiada e enterrada pelo próprio marido — informações até então omitidas:

(2) *Jéssica Sales estava desaparecida desde sábado (12/11). No fim da tarde desta terça-feira (15/11), policiais militares e bombeiros receberam a informação acerca da localização do cadáver*

A primeira oração do lide enfim nomeia a vítima. *Jéssica Sales* é não apenas sujeito do verbo copulativo *estar*, mas tema da predicação. Aqui, o Processo denota efeito relacional entre um Portador (*Jéssica Sales*) e seu Atributo (*desaparecida*), qualificando-o. A circunstância de tempo (*desde sábado*) determina a extensão cronológica do desaparecimento, marcando seu início. Discursivamente, a adjetivação que identifica a condição do sujeito sugere a supressão de um outro Processo — recuperável pelo contexto. A ausência de *Jéssica* é marcada, mas suas circunstâncias e sua causa não o são: seu desaparecimento é descrito apenas como um estado, não como resultado de uma ação criminosa.

A segunda oração também é pouco elucidativa, falhando em esclarecer a cena enigmática. Iniciada pelas Circunstâncias de tempo (*no fim da tarde desta terça-feira*), parece se tratar de uma oração com Processo material. A Meta de *receberam*, aqui, não diz respeito a algo físico, concreto, mas pertencente à dimensão da linguagem, ainda que ausentes os verbos *dicendi*. Semanticamente, o conteúdo do recebimento é simbólico, um produto informacional comunicado por alguém. Teríamos, então, os *policiais militares e bombeiros* como Atores do Processo, estes que “recebem” algo. É possível estender a leitura para além dos participantes realizados linguisticamente, resgatando entidades implícitas, já que o recebimento de uma informação implica um informante — familiares ou vizinhos denunciante. De modo geral, o foco permanece nas instituições estatais (PM, bombeiros) e em sua atuação protocolar. A estrutural textual salienta os procedimentos técnicos e administrativos adotados diante do caso que, para o leitor, permanece ainda distante de uma ação humana violenta e estrutural.

(3) *O homem estava na casa da mãe e, ao ser confrontado, confessou o crime e disse que matou a ex por esganadura.*

Essas são as linhas que encerram a notícia. Há, na oração, três Processos principais, sendo *o homem* Participante 1 de todos eles. O primeiro, *estava*, implica significados relacionais em torno do sujeito, atribuindo-lhe circunstância de lugar. Há, portanto, o Portador (o homem) e a Circunstância (na casa da mãe). É interessante observar que, discursivamente, tal Atributo tende à humanização do agressor no recorte íntimo e familiar, reforçando representações que contrastam com o ato criminoso em questão. O segundo e o terceiro Processos, ambos verbais, são precedidos por uma construção que funciona como elemento circunstancial com valor temporal: somente *ao ser confrontado* é que *ele confessou o crime e disse que matou a ex por esganadura*. São, portanto, *o crime e matou a ex por esganadura* os conteúdos da Verbiagem, enquanto seu Dizente é o próprio *homem* — quem confessa e diz. É também significativa a forma como Jéssica é aqui referenciada. Nomeando-se de *ex*, parece haver certa priorização da relação que a vítima tinha com seu agressor, sendo identificada não como um indivíduo, mas como uma extensão do próprio homem (ou de seu relacionamento), como reza a hegemonia patriarcal.

Ainda que diante da confissão do crime de feminicídio, diante de dados que não somente alimentam suspeitas, mas que garantem autoria do crime, optou-se por omitir não apenas a causa da morte (um feminicídio) como também seu agente (o feminicida) na manchete e no lide da notícia, nutrindo dúvidas e incertezas sobre o enquadramento do caso sob razões até então desconhecidas, mas certamente de ordem política e ideológica. Testemunha-se, logo, uma série de procedimentos amenizantes que revelam o protecionismo institucional e naturalizado ao agressor, como as próprias imprecisões narrativas e o apagamento da agência do agressor. São estas e tantas outras decisões discursivas que reiteram as relações assimétricas de gênero.

4.1.2 Renata Tereza de Sousa Manoel

Pela segunda das notícias, Renata, assim como Jéssica, parece ter sido violentada mais de uma vez: pelo feminicida, no ato criminoso, e pela imprensa, no noticiamento do caso. No dia 5 de abril de 2023, Renata Tereza de Sousa Manoel foi morta a facadas por Sidney Ferreira da Silva, seu ex-namorado, em frente ao Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo. Renata tinha 34 anos e já havia relatado as agressões e denunciado o agressor: além dos repetidos casos de violência doméstica, Sidney já havia ameaçado, injuriado e perseguido a vítima. O crime aconteceu após a segunda queixa, prestada no dia 4 de abril. A Folha de São Paulo publicou a notícia no dia seguinte (6) ao feminicídio.

(4) *Mulher é morta a facadas em SP após registrar queixa de violência contra ex-namorado*

Deparamo-nos, aqui, com mais uma manchete construída na voz passiva, que põe o sujeito paciente (mulher) em evidência. Isto é, não a mataram; ela foi morta. A voz passiva, como já observamos, não altera a natureza do Processo. Trata-se de um fazer físico; uma ação executada por um agente, que produz um impacto tangível, propriedades de um Processo material. Enquanto *mulher* é a Meta, ou seja, o Participante para o qual se direciona o Processo (Furtado da Cunha; Souza, 2007, p. 57), não há qualquer indicação de seu Ator. Quanto à referenciação, ainda que não apareça como “corpo”, como é o caso de Jéssica, Renata é posta em condição de anonimato, freando sua individualidade e conduzindo à leitura de ser “mais uma em meio a tantas”.

Todo o restante do texto funciona como componente circunstancial do Processo. Aqui, tanto *a facadas* como *em SP* são Circunstâncias que caracterizam a ação de matar. Agrega-se, em seguida, a oração subordinada, iniciada pela Circunstância *após*, de natureza temporal, situando a primeira oração — a oração matriz — num espaço de tempo. Isto é, ela foi morta *após* ter registrado queixa de violência. É interessante que se observe a função ambígua do advérbio, que pode também indicar causalidade. Isto é, a prestação da queixa teria sido, de certo modo, a causa da morte — ou sua razão. Considerando o contexto cultural mais amplo, no qual mulheres são sistematicamente silenciadas, tal ambiguidade pode ter efeito desestimulante no enfrentamento da própria violência de gênero. Ou seja, se a morte é apresentada como consequência direta do ato de denunciar, produz-se medo diante da possibilidade da queixa, desencorajando outras possíveis vítimas.

Vale, ainda, reparar em como a outra figura — do homem — é posta na manchete. Nesse caso, a única menção a ele é feita de maneira periférica, afinal, a única relação que é estabelecida entre ele e o acontecimento é, também, periférica: ela só foi morta a facadas em SP após registrar queixa de violência contra ele. Logo, num movimento de inferências sobre a leitura, pelo apagamento da agência do Processo, é o próprio leitor que coloca o ex-namorado como um possível candidato à autoria do crime, ainda que não esteja direta e formalmente expressa na manchete. Sobretudo, por aparecer como *ex-namorado*, sem ser nomeado, sugere-se, mais uma vez, certa priorização da relação entre a vítima e o feminicida, o que tende à atenuação do crime, este como sendo um desdobramento de desentendimentos “naturais” de um namoro.

(5) *Vítima havia também sido agredida em março e pedido medida protetiva; suspeito estava foragido*

No lide, a *mulher* da manchete passa a ser tratada como *vítima*. Permanece, contudo, a utilização da voz passiva com omissão de agência para apresentar o primeiro Processo. Também de categoria material, repete-se a estrutura em sua construção: a Meta (*vítima*) é marcada, o Ator não. Conta-se, neste ponto, do histórico de violência ao qual Renata estava submetida; fatos anteriores ao crime cometido — expresso pela Circunstância de tempo *em março*. Chega-se, então, na segunda oração do complexo oracional, cujo Processo (*havia pedido*) é agenciado por Renata. *Vítima*, que antes era Meta do Processo *havia sido agredida*, surge como agente e Dizente, sendo *medida protetiva* a Verbiagem; isto é, a medida protetiva foi o que ela pediu. O Receptor não está expresso, mas é presumido — autoridades policiais e entidades judiciais. O lide termina com outra oração: *suspeito estava foragido*. Agora chamado de *suspeito*, Sidney protagoniza um Processo relacional (*estava*), sendo o Portador do Atributo *foragido*. Vê-se, novamente, que nenhuma menção formal ao criminoso é feita nas duas orações que abrem o lide: nem que foi ele quem a agrediu, nem que foi contra ele a medida protetiva.

Todas as informações trazidas pelo lide apontam lacunas e falhas institucionais no enfrentamento da violência contra a mulher: tanto na proteção da vítima denunciante quanto na vigilância, captura e detenção do agressor — o que também pode desencorajar mulheres em situações semelhantes. Ainda, apesar das particularidades que caracterizam o crime de feminicídio (violência doméstica, histórico de queixas, relacionamento), evitou-se nomear, nos dois primeiros estruturantes da notícia (manchete e lide), a violência pelo que de fato é, haja vista a ausência do termo até então. Culturalmente, os silenciamentos ante a emergência de se combater a violência contra a mulher contribuem para a manutenção de uma realidade sangrenta: é bem verdade que, no combate de “algo”, é preciso que este “algo” seja antes identificado e nomeado.

Se resgataremos o propósito sociocomunicativo da notícia enquanto gênero textual, as imprecisões narrativas não apenas contradizem a premissa jornalística de representação fidedigna da realidade, mas denunciam possíveis alinhamentos ideológicos do jornalista — que (in)conscientemente opera por discursos naturalizantes de uma estrutura hegemônica e assimétrica. Isto é, “ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos” (Fairclough, 2001, p. 100).

(6) No registro feito pela polícia em março, foi oferecido um abrigo provisório para ficar, mas, ela não quis deixar a própria casa.

O fragmento acima é um dos que encerram a notícia. Trata-se de um complexo oracional com duas orações conectadas pela conjunção coordenativa adversativa *mas*. A primeira oração, na voz passiva, novamente apresenta um Processo material (foi oferecido) com Meta expressa (um abrigo provisório) e Ator omissos — apesar de, por se tratar de uma medida institucional, ser facilmente presumível, sugerindo uma oferta mediada pela polícia ou pela assistência social. A segunda oração, por sua vez, traz a construção *não quis* como Processo mental desiderativo, categoria marcada pela externalização de “desejos, vontades e interesse em relação a algo” (Costa, 2022, p. 32). Renata, aqui tratada pelo pronome *ela*, passa a ser o Experienciador; *deixar a própria casa*, por sua vez, ocupa lugar de Fenômeno. Logo, o desejo de não deixar a própria casa é a Experiência que ela protagoniza. Este Processo, por outro lado, encerra-se em si mesmo. Sem quaisquer Circunstâncias causais justificando o não abandono da própria casa (como dependência emocional, financeira, familiar ou até mesmo insegurança), lança-se sobre Renata o peso da responsabilidade de sua própria proteção. Logo, na medida em que sua decisão (sem justificativa aparente) de não deixar a própria casa resulta em feminicídio, culpabiliza-se a vítima pela sua própria morte. Tal leitura é reforçada pela conjunção adversativa que liga as duas orações, que produz um efeito de contraste entre a alternativa apresentada pelas entidades institucionais e a recusa de Renata: eles fizeram a sua parte, *mas* a vítima escolheu permanecer em risco.

4.1.3 Tamires de Almeida Costa Lima

Eis, por fim, o último dos casos: o de Tamires. Morta a facadas por Cleber José dos Santos, seu ex-namorado, Tamires de Almeida Costa Lima tinha 34 anos e era servidora pública do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (HC), localizado na cidade do Recife. Após o término do relacionamento de aproximadamente 8 anos, o assassino buscava pretextos para permanecer próximo da vítima, convencendo-a a passar o fim de semana a sós com ele em uma casa de veraneio, em Enseada dos Corais. Lá, após esfaqueá-la, iniciou um incêndio proposital na tentativa de encobrir o crime. Segundo colegas do HC, Tamires era agregadora, alegre, descontraída e solícita na rotina de trabalho. Tamires morava com pai e mãe idosos. Tinha uma irmã. Não deixou filhos. O feminicídio aconteceu

na noite do dia 12 de novembro de 2024. A notícia foi publicada no dia seguinte, 13, pelo Diário de Pernambuco.

(7) Mensagem no celular teria motivado morte de servidora da UFPE; namorado tem prisão preventiva decretada

Divulgada na rede social *Instagram*, a notícia gerou ampla repercussão no espaço destinado aos comentários. A manchete foi, sobretudo, uma das razões da desaprovação pública diante da narrativa construída pelo Diário: *A intenção dessa "manchete" é culpar a vítima??*, comentou uma internauta. Outra, também inconformada, criticou a instituição: *O que motivou foi o machismo do marginal, dessa sociedade que odeia mulheres. @diariodepernambuco vocês tão fazendo editorial de jornalismo anos 50? Vergonha, viu?!*

A manchete, aqui, trata-se de um complexo oracional marcado por coordenação assindética; isto é, ambas as orações que o compõem são unidas por justaposição, sem emprego de uma conjunção coordenativa — papel aqui exercido pelo ponto e vírgula. A primeira oração traz um Processo material (teria motivado) na voz ativa, cujo Ator (mensagem no celular) aparece como potencial agente causal da Meta (morte de servidora da UFPE). A segunda oração, por sua vez, apresenta um Processo nominalizado aparentemente material (decretar), cujo Ator, uma entidade judicial, estaria presumida mas não expressa. A nominalização do Processo não apenas o secundariza, mas, combinada à estrutura participial (ter decretada), inaugura um efeito relacional que impera entre os Participantes envolvidos. Aqui, o agressor, que é chamado de *namorado*, pode funcionar como Portador de um Atributo (prisão preventiva), uma condição jurídica. De modo geral, percebe-se um deslocamento estratégico: a agência do feminicida no cenário do crime é não só minimizada mas transferida para um elemento periférico, um objeto inanimado. Pelo enquadramento da notícia, não é sobre um feminicídio — termo que sequer aparece — que se fala, mas sobre sua suposta motivação, uma *mensagem no celular*, quase como uma tentativa de justificar o ato criminoso. Discursivamente, por efeito, perpetua-se a lógica de culpabilização indireta da vítima, uma vez que, embora não formalmente expresso na oração, subentende-se que a mensagem teria sido enviada ou recebida por Tamires. Seria, portanto, esse mesmo envio/recebimento a causa de sua morte, silenciando a intencionalidade do feminicida.

(8) Em depoimento, obtido com exclusividade pelo Diário de Pernambuco, Cleber *relatou ter atacado a mulher* após ver uma notificação no celular dela, desbloquear o aparelho e, sem a vítima saber, ler as mensagens recebidas.

As últimas linhas da notícia são especialmente problemáticas. O penúltimo parágrafo, como vemos acima, é centrado em um Processo verbal, que assume como Dizente o próprio agressor. A Verbiagem, o que é relatado, é o próprio ataque à mulher. O conteúdo simbólico, neste caso, não apenas envolve o ataque, mas uma cadeia de outros Processos também protagonizados pelo feminicida, recuperáveis pelo contexto e inaugurados pela Circunstância *após*. Isto é, cronologicamente, o ataque só ocorreu após Cleber *ver* uma notificação no celular de Tamires, *desbloqueá-lo* e *ler* as mensagens. Parece haver certa tentativa de sinalizar a ordem lógica dos acontecimentos, na busca por (alguma) coerência diante do evento criminoso.

(9) Segundo *afirma*, *ele questionou* Tamires sobre quem seria o homem da mensagem e *perguntou há quanto tempo ela estaria tendo um caso com ele*. O episódio teria motivado uma discussão. A mulher negou ter relação extraconjugal.

Suposta traição, ciúme, desentendimento. Estes são, certamente, elementos que configuram o que por muito tempo foi chamado de “crime passionai” — um crime supostamente justificável por motivação emocional e amplamente aceito nos parâmetros hegemônicos patriarcais. Aqui, pelas escolhas narrativas, parecem ser muitos os esforços para trazer essa imagem à tona; para que o leitor considere o ângulo do agressor, para que não descarte a possibilidade de que tenha “matado por amor”.

No último parágrafo, novamente, Cleber agencia três novos Processos verbais. A centralização da notícia recai sobre a fala do agressor, dando-lhe voz e oportunidade de se justificar. *Questionou* e *perguntou* aparecem como Processos que nutrem a imagem de um homem em busca de uma verdade que desconhece, um homem atordoado pelo medo de uma suposta “traição”, humanizando-o. A fidelidade da vítima, por sua vez, é posta em pauta como sendo objeto de avaliação não apenas do agressor, mas da própria notícia.

4.2 A violência que não se encerra no feminicídio

Concordamos que, por detrás da mensagem midiática, há sempre um pano de fundo cultural, social, político e ideológico. Mais do que representar a realidade, faz parte da natureza do discurso construí-la, determinando lugares sociais para diferentes posições-sujeito (Fairclough, 2001, p. 22). Por efeito, as assimetrias que constituem as relações sociais, como a própria hegemonia patriarcal, se consolidam principalmente por meio da linguagem:

Meninas crescem sendo violentadas estruturalmente. Desejos reprimidos, sonhos impossíveis, lugares e metas proibidas, profissões não recomendadas, salários sexualmente desiguais. Algumas, infelizmente, crescem sendo violentadas diretamente — física, sexual e psicologicamente. Daí que muitas meninas crescem odiando serem mulheres porque o mundo é hostil a elas (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 66).

A gravidade e a amplitude dos efeitos do patriarcado são evidentes. Foi o que aqui testemunhamos. As representações de gênero cristalizadas pelos discursos (re)produzidos inclusive pela imprensa acompanham o sujeito mulher desde seu nascimento até como sua morte é divulgada e repercutida entre os que ficam. O próprio noticiamento do mundo, pelas mãos de sujeitos imersos em um sistema hegemônico e atravessados por ideologias pautadas na assimetria de gênero, opera por representações particulares da realidade, por leituras calcadas em valores sociopolíticos internalizados. As notícias, enquanto práticas sociais, atuam, por essência, no estabelecimento, na manutenção e na transformação das relações de poder no seio societário. Simultaneamente, constituem, naturalizam e transformam os significados do mundo diante das desigualdades possíveis.

Já observamos que as notícias não são outra coisa senão histórias contadas por jornalistas, posição-sujeito autorizada a fazer o que faz: “não basta dizer (escrever) tem que poder dizer, ter autoridade para isso. Assim, o jornalista é autorizado a dizer o que diz, a usar a língua transparente, pois pelo rigor da seleção jornalística sua escrita é clara, objetiva” (Melo, 2004, p. 34). Deparamo-nos, portanto, com a maior das contradições. A notícia-história-narrativa pode (e é provável que vá), intencionalmente ou não, priorizar um ou outro ângulo, um ou outro enquadramento, de modo que a formação individual e a construção ideológica (Oliveira; Rodrigues, 2021) do(a) narrador(a) influenciam diretamente a representação do fato na montagem da notícia, pela organização do texto e pelas escolhas nos sistemas linguísticos — como vimos no Sistema de Transitividade.

O feminicídio é a expressão mais extrema e irreversível de violência e discriminação contra mulheres, pois atenta radicalmente a todos os direitos e

garantias estabelecidos nas leis internacionais e nacionais sobre direitos humanos. Esse crime é um ato de ódio que distorce de forma extrema todo o sentido de humanidade. Consolida no tempo a visão hegemônica masculina sobre as mulheres como propriedade, objeto de transgressão e símbolo de fraqueza, reforçando a configuração da estrutura de poder do sistema patriarcal de dominação (Bianchini; Gonçalves; Alves, 2021 *apud* Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 83).

Os casos são vários; analisamos apenas três. O cenário, contudo, é o mesmo: homem mata mulher por razão de gênero. Ainda que se tenha uma mulher assassinada e um assassino por vezes confesso (como são os casos de Jéssica e Tamires), são vários os procedimentos narrativos adotados que não apenas culpabilizam a vítima, mas que vitimizam o agressor — alimentando um ciclo de violência de gênero e opressão sistemática. Revisitemos tais procedimentos. Vejamos, por ora, de uma outra forma, os Processos analisados e os Participantes envolvidos:

Quadro 3 — Como figuram os Processos e os Participantes nos fragmentos analisados?

Tipo de Processo	Ocorrência	Participante 1	Participante 2
Material	“é encontrado” (voz passiva)	<i>Implícito</i>	“Corpo de mulher”
	“receberam”	“policiais militares e bombeiros”	“a informação”
	“é morta” (voz passiva)	<i>Implícito</i>	“Mulher”
	“havia sido agredida” (voz passiva)	<i>Implícito</i>	“Vítima”
	“foi oferecido” (voz passiva)	<i>Implícito</i>	“um abrigo provisório”
	“teria motivado”	“Mensagem no celular”	“morte de servidora da UFPE”
Verbal	“confessou”	“O homem”	“o crime”
	“disse”	“O homem”	“que matou a ex por esganadura”
	“havia pedido”	“Vítima”	“medida protetiva”
	“relatou”	“Cleber”	“ter atacado a mulher”
	“afirma”	“ele”	“ele questionou Tamires sobre quem seria o homem”

			da mensagem e perguntou há quanto tempo ela estaria tendo um caso com ele”
	“questionou”	“ele”	“Tamires sobre quem seria o homem da mensagem”
	“perguntou”	“ele”	“há quanto tempo ela estaria tendo um caso com ele”
Relacional	“estava”	“Jéssica Sales”	“desaparecida”
	“estava”	“O homem”	“na casa da mãe” ⁷
	“estava”	“suspeito”	“foragido”
	“tem decretada”	“namorado”	“prisão preventiva”
Mental	“não quis”	“ela”	“deixar a própria casa”

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados, a *voz passiva* parece emergir enquanto um dos principais recursos linguísticos no noticiamento de feminicídios, especialmente no caso de Processos materiais. Sintaticamente, para que serve? Como orienta a gramática normativa, a voz passiva opera pelo deslocamento do foco da oração, podendo ter razões sintáticas e estilísticas. Se João matou Maria, podemos dizer que “Maria foi morta por João” ou, simplesmente, que “Maria foi morta”. Nessa nova configuração,

ele [João, o agressor] perdeu a importância sintática, mas não deixou de alterar o estado final de uma pessoa — esta que, por sua vez, deixou de ser objeto e ascendeu sintaticamente a sujeito, ainda que, nas duas construções, permaneça como vítima (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 58).

Parece ingenuidade atribuir ao uso da voz passiva somente a transferência de protagonismo. É também conveniente para omitir agências (Fairclough, 2001, p. 226) e, principalmente, para desresponsabilizar agressores; é uma escolha que despersonaliza a ação criminosa, corroborando a manutenção da estrutura social do feminicídio. A voz passiva opera silenciamentos que precisam ser superados.

⁷ A construção configura, como já pontuamos, uma Circunstância de lugar. Contudo, em se tratando de um Processo relacional, exerce papel central na qualificação do Participante 1 em termos espaciais.

Estes mesmos silenciamentos que ora protegem o agressor ora protegem a própria instituição jornalística. Isto é, falamos de uma blindagem do próprio aparato midiático, pela fuga de responsabilizações judiciais diante de representações abertamente enviesadas no noticiamento do episódio. Melhor dizendo: trabalhar com o não dito faz parte da agenda do Jornalismo; é uma estratégia de resguardo legal da instituição. O discurso é não só informativo (e, acrescentamos, ideológico), mas jurídico. O silenciamento é método, está previsto no *modus operandi* e serve a interesses. Em prol dos silêncios institucionais, a *nominalização* do agressor tende a variar:

Chame o acusado pela nomenclatura correta. A partir do momento que há um boletim de ocorrência, já há resguardo jurídico para publicar nome e foto do acusado de agressão. Mas é importante ter atenção às nomenclaturas. Se há um registro de ocorrência, o homem é investigado. Após o inquérito ser enviado ao Ministério Público, ele continua sendo investigado. Caso o Ministério Público o denuncie à Justiça, a nomenclatura muda: ele foi denunciado pelo crime. Quando a Justiça acata a denúncia, ele é réu. E caso ele seja condenado pela Justiça, ele passa a ser chamado de condenado. E é só neste último momento que ele se torna “estuprador”, “assassino” ou “agressor”. Se ainda couber recursos no processo, a reportagem tem que dizer (UNIVERSA/UOL, 2020, p. 19 *apud* Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 59).

Na prática de noticiamento de feminicídios, é preciso garantir o direito à presunção de inocência. É o que reflete a oscilação terminológica. A linguagem jornalística precisa acompanhar e se alinhar às etapas legais do caso. A garantia a que nos referimos não pode e não deve, contudo, resultar na descaracterização do episódio, em falsas simetrias entre a vítima e o agressor, tampouco na corresponsabilização da vítima.

A voz passiva, como vimos, transfere o foco narrativo do sujeito para o objeto (comumente, a vítima). Por vezes, não é só o foco que se transfere, mas a culpa. A corresponsabilização é mais um dos efeitos discursivos resultantes de escolhas linguísticas e estruturais que orientam a leitura do caso. Estamos falando do *enquadramento*. Nesse movimento, a vítima é enquadrada como corresponsável pelo seu fim e pelo crime cometido, como contribuinte. Tomemos como exemplo o caso de Tamires: o que se diz na manchete? É nítido que o foco não está no crime, mas em sua suposta motivação — um também suposto caso extraconjugal. Dos cinco parágrafos que constituem a curta notícia, os dois últimos não possuem outra função senão legitimar a narrativa do agressor, dando-lhe voz e espaço para se justificar — é o que comprovam os quatro Processos Verbais por ele protagonizados.

Essa dinâmica, com a sobreposição da palavra autoprotetiva do agressor, tende a comprometer a memória, a dignidade e a credibilidade da vítima. Mesmo morta, a vítima é

questionada, violada e revitimada. É o movimento natural, por exemplo, em casos de crimes que, por muito tempo, foram acompanhados de um qualificador específico: “passionais”. No século passado, era o caso de todo e qualquer crime de gênero, indistintamente relacionados à “paixão” e à “defesa da honra”, atenuando a violência e resguardando o agressor — este que teria agido não por intenção deliberada ou racionalmente, mas por “forte emoção”. É, assim como a romantização da agressão e a humanização do agressor, um dos efeitos das representações de gênero naturalizadas pela hegemonia patriarcal. A ideia de crime passionai despolitiza a violência, que tem raízes históricas e estruturais.

Seja pela voz passiva, seja pelas nominalizações, seja pelo enquadramento, as histórias contadas pelo Jornalismo não são neutras. Nas tendências narrativas, são comuns Participantes ausentes ou elípticos e Processos sem agência marcada. Não se pode negar que os silêncios no noticiamento são escolhas linguísticas, funcionais e ideológicas. Ainda assim, não seria justo dizer que

as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática. As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos (Fairclough, 2001, p. 120).

As escolhas que realizamos nos sistemas da língua implicam escolhas outras que não foram feitas: todo dizer implica um não dizer. Quando se omitem agentes, causas, intencionalidades, priorizam-se discursos que, por vezes, tendem a prolongar a violência da qual a mulher é vítima, ainda que pareça impossível.

5 PALAVRAS FINAIS

Esta monografia foi desenvolvida para atender a um propósito: compreender o funcionamento ideológico da linguagem em textos pretensamente neutros. No amplo contexto imediatista que nos envolve, considerando as instâncias social e política, a escassez de um olhar crítico para o uso da língua e seus efeitos discursivos implica a emergência de se repensar a forma como nos relacionamos com a linguagem, produzindo e consumindo textos.

Sobretudo na esfera midiática, a informação que trafega da instituição jornalística até o grande público não é um espelho da realidade, mas uma representação social, política e culturalmente concebida. Esta ideia, contudo, ainda escapa ao senso comum: o jornalista acredita comunicar a verdade e o consumidor acredita lê-la. Diante deste cenário, propusemo-nos a analisar como, na cobertura jornalística do feminicídio no Brasil, o discurso da mídia ainda permanece investido ideologicamente, contribuindo para a naturalização de representações assimétricas e violentas de gênero — representações essas que desembocam na morte diária e repetida de tantas mulheres.

Para tanto, recorremos à Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), cuja perspectiva concebe a língua como um recurso para a produção de sentidos em contextos específicos, um complexo de sistemas aos quais o falante recorre para cumprir funções sociais. A LSF permite análises discursivas a partir da organização léxico-gramatical dos textos, com base em escolhas sistêmicas realizadas em detrimento de outras, buscando compreender como essas escolhas produzem diferentes efeitos de sentido. Para ampliar a leitura no nível socioteórico, articulamos orientações e instrumentos de análise dispostos pela LSF à abordagem faircloughiana de Análise Crítica do Discurso, com o objetivo de relacionar os efeitos de sentido percebidos às estruturas sociais que simultaneamente moldam os discursos dominantes e por eles são moldadas.

Nossa principal ferramenta de análise foi o Sistema de Transitividade, dimensão léxico-gramatical por meio da qual se realizam os significados ideacionais — isto é, como as ações, os eventos e as experiências humanas são representadas. Por meio dela, buscamos identificar os papéis funcionais no discurso jornalístico (Processos, Participantes e Circunstâncias), reconstruindo as leituras dos jornalistas sobre os casos. Partimos da hipótese de que tais leituras não são neutras, mas ideologicamente orientadas, e isso se reflete na organização léxico-gramatical das notícias.

Atestamos que o efeito de neutralidade que acompanha o discurso jornalístico tem bases institucionais e se consolida por meio do crivo editorial — uma “peneira fina” que filtra

os textos (a serem) publicados conforme padrões convencionados de escrita da imprensa. Tal procedimento parte de um princípio de reificação da língua, como se esta pudesse, de algum modo, ser utilizada de forma neutra. As análises aqui empreendidas, contudo, revelaram que o uso pretensamente neutro da língua, praticado pela imprensa brasileira, é ilegítimo. O uso indiscriminado da voz passiva com omissão de agência e enquadramentos que corresponsabilizam a vítima ou sobrepõem a autodefesa do agressor são exemplos de escolhas que predominam no *modus operandi* jornalístico no noticiamento de feminicídios — comprovando a manutenção velada do ódio à mulher inclusive nos espaços discursivos pretensamente neutros.

Esperamos, com este trabalho, estimular novas leituras do texto jornalístico, nutrindo uma postura crítica diante dos discursos midiáticos. Ao jornalista, acreditamos que tornar-se consciente das próprias escolhas enquanto ocupa a posição-sujeito de produtor textual é um dos passos que precisam ser dados para garantir uma prática mais justa, ética e humana.

REFERÊNCIAS

ALVARES, J.; MEDEIROS, C. A culpa é de que (m)? O invisível e o incógnito no discurso sobre o feminicídio. *Revista Memorare*, v. 6, n. 1, p. 172-188, 2019.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Congresso Nacional. *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher*. Relatório final. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpmi-violencia-contra-a-mulher/documentos/relatorio-final>>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CECCHIN, A. S.; CARGNIN, E. S. Sistema discursivo de IDEIAÇÃO. In: FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução aos sistemas discursivos em linguística sistêmico-funcional*. Santa Maria, RS: UFSM, CAL, PPGL, 2023. p. 43-71.

CORPO de mulher é encontrado enterrado no quintal de casa em Planaltina (GO). *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 15 nov. 2022. Feminicídio. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/11/5052035-corpo-de-mulher-e-enc-ontrado-enterrado-no-quintal-de-casa-em-planaltina.html>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

COSTA, J. M. F. Embasamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional. In: _____. *Uma análise sistêmico-funcional da Eclesiologia do Papa Francisco: a contribuição dos processos mentais*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Mensagem no celular teria motivado morte de servidora da UFPE; namorado tem prisão preventiva decretada*. Recife (Pernambuco), 13 nov. 2024. Instagram: @diariodepernambuco. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCUwPexpdj2>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FURTADO DA CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to Functional Grammar*. 3rd edition, London: Hodder Arnold, 2004.

HENRIQUES, E.; SOUZA, M. M. Uma investigação Sistêmico-Funcional das representações de Masculino e de Feminino a partir do Sistema de Transitividade. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 10, n. esp., p. 120-135, 2020.

LIMA, E. *Violência contra as mulheres no contexto da Covid-19*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LIMA-LOPES, R. E. Reflexões sobre as possíveis contribuições da linguística do corpus para a gramática sistêmico funcional: transitividade e classificação de processos. *Caletroscópio*, v. 5, n. 9, p. 9-25, 2017.

MANO, M. K. Prefácio. In: OLIVEIRA, N.; RODRIGUES, V. *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira*. 2. ed. São Paulo: Drops, 2021, p. 21-23.

MELO, S. H. D. O discurso de neutralidade na imprensa. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. 1, p. 29-40, 2004.

MULHER é morta a facadas em SP após registrar queixa de violência contra ex-namorado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 abr. 2023. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/mulher-e-morta-a-facadas-em-sp-apos-registrar-queixa-de-violencia-contra-ex-namorado.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

OLIVEIRA, N.; RODRIGUES, V. *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira*. 2. ed. São Paulo: Drops, 2021.

PEDROSA, T. M.; VIEIRA, S. E. A crítica à objetificação feminina em volver: um diálogo entre filosofia e cinema. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 186–205, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/25143>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

PEIXOTO, M. E. G.; FERREIRA, R. Texto e ideologia: a análise de discurso textualmente orientada. *Fórum Linguístico*, v. 15, n. 1, p. 2875-2890, 2018.

SANTOS, Z. B. A Linguística Sistêmico-Funcional: algumas considerações. *Soletras Revista*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 28, p. 164-181, 2014.

SAUSSURE, F. Relações sintagmáticas e relações associativas. In: _____. *Curso de Linguística Geral*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021. p. 180-184.

SOARES, E. A. Gênero Notícia. *Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem*, n. 13, p. 182-191, 17 ago. 2021.

SOUSA, J. P. Atenção ao contexto. In: _____. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis-SC: Letras Contemporâneas, 2004. p. 11-32.

UNIVERSA/UOL. *Manual Universa para Jornalistas – Boas Práticas na Cobertura da Violência Contra a Mulher*. São Paulo: Universa, UOL, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://download.uol.com.br/files/2020/11/4273738876_cartilha-universa-violencia-contra-mulher.pdf> . Acesso em: 4 ago. 2025.

APÊNDICE — Notícias completas digitadas

Texto 1 — “Corpo de mulher é encontrado enterrado no quintal de casa em Planaltina (GO)”, pelo Correio Braziliense

Corpo de mulher é encontrado enterrado no quintal de casa em Planaltina (GO)

Jéssica Sales estava desaparecida desde sábado (12/11). No fim da tarde desta terça-feira (15/11), policiais militares e bombeiros receberam a informação acerca da localização do cadáver

Dada como desaparecida desde sábado (12/11), o corpo de uma mulher, identificada como Jéssica Sales, foi encontrado enterrado no quintal da própria casa, em Planaltina de Goiás, no Entorno do Distrito Federal, no fim da tarde desta terça-feira (15/11). O Correio apurou que o ex-companheiro, identificado como Rafael Santana Pádua, foi preso por suspeita de envolvimento no assassinato. Segundo as investigações, ele não aceitava o fim do relacionamento.

Nas redes sociais, familiares e amigos da mulher chegaram a divulgar imagens dela em busca de informações sobre o paradeiro da vítima. No fim desta tarde, policiais militares de Planaltina e bombeiros receberam a informação de que o cadáver estaria enterrado no quintal da casa de Jéssica, no bairro Mutirão.

O Instituto de Medicina Legal (IML) está a caminho para a remoção do corpo. A ocorrência foi registrada na Central de Flagrantes de Formosa como feminicídio e será investigado pela Delegacia de Planaltina.

Prisão

A polícia chegou até o suspeito depois que testemunhas relataram ter visto o homem retirando entulhos de um lote baldio e transportando para dentro da casa da vítima. Um dos denunciante disse aos investigadores que conhecia a residência e informou que, nela, havia uma fossa desativada na parte da frente.

As equipes foram ao local e, sobre o muro, conseguiram ver um aterro recente sobre a região. Diante da forte suspeita de que o corpo pudesse estar soterrado, os policiais e os bombeiros iniciaram a escavação e puderam sentir forte odor e ver roupas queimadas. Em certo momento, as equipes se depararam com a mão de uma pessoa. O homem estava na casa da mãe e, ao ser confrontado, confessou o crime e disse que matou a ex por esganadura.

Texto 2 — “Mulher é morta a facadas em SP após registrar queixa de violência contra ex-namorado”, pela Folha de S. Paulo

Mulher é morta a facadas em SP após registrar queixa de violência contra ex-namorado

Vítima havia também sido agredida em março e pedido medida protetiva; suspeito estava foragido.

Uma mulher de 34 anos foi morta a facadas na manhã desta quarta-feira (5), em frente ao memorial da América Latina, na Barra Funda, zona oeste da capital paulista. O principal suspeito do crime é o ex-namorado da vítima, Sidney Ferreira da Silva, 38, que, segundo a polícia, estava foragido.

Renata Tereza de Sousa Manoel já havia registrado dois boletins de ocorrência de violência doméstica contra o suspeito. O último deles na última terça (4), horas antes de ser atacada pelo homem, com quem teve relacionamento que durou cerca de dois anos.

Conforme os registros oficiais, Renata foi socorrida ainda com vida e levada à Santa Casa e, antes de perder a consciência, apontou o nome do agressor. Segundo a polícia, ela recebeu várias facadas nas costas, abdômen e braço direito.

Carregava no bolso o boletim de ocorrência contra o ex-namorado, entregue posteriormente pelos médicos aos policiais militares, ensanguentado.

No documento, Renata havia informado aos policiais que, naquele dia, foi ao encontro de um colega de trabalho e, ao chegar ao local, descobriu que era o ex-namorado, que havia se passado pelo colega.

Ao perceber que era uma farsa, chamou a Polícia Militar, que, ao chegar ao local, já não encontrou o ex-namorado, que havia fugido, sem antes fazer mais ameaças.

Segundo o boletim, a mulher já tinha solicitado uma medida protetiva contra Ferreira da Silva, mas, conforme documento, o homem não havia sido intimado. "Já tenho medida protetiva, porém, ele fica rondando minha moradia em busca de notícias minhas", relatou ela.

No dia 8 março deste ano, Dia Internacional da Mulher, Renata também fez uma queixa contra o ex, não só pelas ameaças, mas também por injúrias e agressão física.

Disse naquele dia que foi surpreendida pelo agressor em frente da escola da filha, quando deixava a criança para estudar. Não conseguindo convencê-la a reatar o namoro, passou a xingá-la e agredi-la. O homem teria segurado os cabelos da vítima e dado vários socos.

No registro feito pela polícia em março, foi oferecido um abrigo provisório para ficar, mas, ela não quis deixar a própria casa.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, foi instaurado inquérito policial em março, na primeira queixa, e solicitada medida protetiva de urgência ao Poder Judiciário, que foi concedida no dia seguinte.

A pasta informou, ainda, que além das 140 delegacias da mulher distribuídas pelo estado, as vítimas podem contar com a DDM online e com as 77 salas 24h anexas aos plantões policiais.

"Para as mulheres que possuem medida protetiva, há o aplicativo SOS Mulher. Lá se pode cadastrar o documento e chamar a Polícia Militar acionando um botão", informa.

Um mandado de prisão temporária foi autorizado pela Justiça contra o suspeito.

Texto 3 — “Mensagem no celular teria motivado morte de servidora da UFPE; namorado tem prisão preventiva decretada”, pelo Diário de Pernambuco

Mensagem no celular teria motivado morte de servidora da UFPE; namorado tem prisão preventiva decretada

Uma mensagem no celular teria motivado o feminicídio da servidora do Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tamires de Almeida Costa Lima, de 34 anos. Suspeito do crime, o namorado dela, Cleber José dos Santos, de 33, teve a prisão preventiva decretada.

A vítima foi morta a facadas dentro de uma casa em Enseada dos Corais, no Cabo de Santo Agostinho, Grande Recife, nessa terça-feira (12).

Acionados para a ocorrência, os policiais se depararam com muita fumaça, resquício de um incêndio proposital na casa. O portão também havia sido arrombado porque os vizinhos, alertados pelo fogo e pelos gritos da mulher, tentaram resgatá-la, sem sucesso.

Em depoimento, obtido com exclusividade pelo Diário de Pernambuco, Cleber relatou ter atacado a mulher após ver uma notificação no celular dela, desbloquear o aparelho e, sem a vítima saber, ler as mensagens recebidas.

Segundo afirma, ele questionou Tamires sobre quem seria o homem da mensagem e perguntou há quanto tempo ela estaria tendo um caso com ele. O episódio teria motivado uma discussão. A mulher negou ter relação extraconjugal.

ANEXO — Notícias em captura de tela (manchete e lide)

Texto 1 — “Corpo de mulher é encontrado enterrado no quintal de casa em Planaltina (GO)”, pelo Correio Braziliense



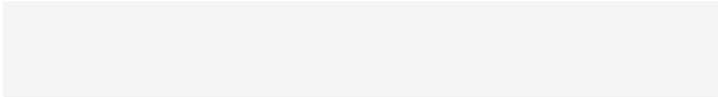
(Fonte: Correio Braziliense, 15.11.2022)

Texto 2 — “Mulher é morta a facadas em SP após registrar queixa de violência contra ex-namorado”, pela Folha de S. Paulo



**FOLHA DE S.PAULO**


cotidiano > educação mobilidade violência sa



PUBLICIDADE

Mulher é morta a facadas em SP após registrar queixa de violência contra ex-namorado

Vítima havia também sido agredida em março e pedido medida protetiva; suspeito estava foragido



6.abr.2023 às 17h57

(Fonte: Folha de S. Paulo, 06.04.2023)

Texto 3 — “Mensagem no celular teria motivado morte de servidora da UFPE; namorado tem prisão preventiva decretada”, pelo Diário de Pernambuco



(Fonte: Diário de Pernambuco, 13.11.2024)